www.pwc.com.br

Energimp S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e relatório do auditor independente

pwc

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Energimp S.A.

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Energimp S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Energimp S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos nos itens "a)" e "b)" e quanto aos efeitos dos assuntos descritos nos itens "c)" e "d)" na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energimp S.A. e da Energimp S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações, os seus fluxos de caixa consolidados e seus valores adicionados consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas – Limitação de escopo

a) Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía obrigações com a parte relacionada Wind Power Energia S.A.- ("WPE"), uma das suas controladoras, compostos por R$ 106.814 mil referente à mútuo registrado no passivo circulante e R$ 98.833 mil a título de adiantamentos para futuro aumento de capital, registrado no passivo não circulante (controladora e consolidado). Não obtivemos a confirmação dos referidos valores e das transações efetuadas no exercício findo naquela data com essa parte relacionada. Consequentemente, não foi possível nos satisfazermos, através de procedimentos alternativos de auditoria, sobre os saldos da Companhia com a WPE e possíveis efeitos de atualizações não reconhecidos em 31 de dezembro de 2018.

b) Conforme descrito na Nota 19, os parques eólicos Central Eólica Praia do Morgado S.A. e os complexos Centrais Eólicas do Ceará II e Centrais Eólicas do Sul em operação, estão instalados em terrenos arrendados, cujos contratos preveem a remoção de toda a estrutura operacional ao final do período de arrendamento. A Companhia não estimou e tampouco efetuou o reconhecimento de passivo com obrigações com desmobilização. Consequentemente, não foi possível nos satisfazermos, através de procedimentos alternativos de auditoria, sobre os efeitos no passivo não circulante, no ativo não circulante, no patrimônio líquido consolidados em 31 de dezembro de 2018, bem como os efeitos no resultado consolidado do exercício findo naquela data, decorrentes de amortização do ativo e atualização do passivo. Na controladora, não foi possível avaliar os efeitos no investimento, no patrimônio líquido e no resultado do exercício.

c) A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2018, saldos ativos no consolidado de adiantamentos concedidos a Wind Power Energia S.A. ("WPE"), para a construção e para prestação de serviços de operação e manutenção das Centrais Eólicas do Sul e Centrais Eólicas do Ceará II no valor de R$ 232.130 mil, bem como, saldos ativos na controladora e no consolidado de outras contas a receber referentes a processos trabalhistas com estimativa de perda provável, movidos contra a WPE, nos quais a Companhia é citada como responsável solidária e portanto registrou tal ativo em contrapartida do respectivo passivo, no valor de R$ 31.734 mil, sendo os registros no ativo registrados na rubrica de partes relacionadas do ativo não circulante. Por não existirem garantias firmes sobre a realização dos valores a receber da WPE, devido ao processo em curso de recuperação judicial desta empresa, em 31 de dezembro de 2018, o ativo não circulante e o patrimônio líquido estão apresentados a maior em R$ 263.864mil, no consolidado e na controladora os saldos de partes relacionadas, investimentos e patrimônio líquido estão apresentados a maior em R$ 263.864 mil.

d) Conforme descrito na Nota 1 itens g) e h), em 1º de outubro de 2016 e 28 de setembro de 2018, a Companhia foi comunicada através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) sobre o desligamento do Contrato de Energia de Reserva – CER das seguintes controladas: Nova Eólica Araras S.A., Nova Eólica Garças S.A., Nova Eólica Lagoa Seca S.A., Nova Eólica Vento do Oeste S.A., Nova Ventos de Santa Rosa Energias Renováveis S.A, Nova Ventos de Santo Inácio Energias Renováveis S.A., Nova Ventos de São Geraldo Energias Renováveis S.A. e Nova Ventos de São Sebastião Energias Renováveis S.A., pelo não cumprimento do contrato no que se refere a entrada em operação das usinas. Conforme mencionado na Nota 8, em 2018, esses ativos foram reclassificados para o grupo de ativos não circulante mantido para venda, uma vez que os mesmos estão sendo negociados para alienação. Os valores investidos para construção dos referidos empreendimentos em 31 de dezembro de 2018, montavam R$ 180.292 mil, entretanto, as evidências de realização obtidas até a presente data apontam para a recuperação de apenas R$ 120.600 mil. Devido à incerteza de realização desses valores remanescentes, em 31 de dezembro de 2018, o ativo não circulante mantido para venda, o resultado do exercício e o patrimônio líquido estão apresentados a maior em R$ 59.692 mil, no consolidado e os saldos de investimentos, o resultado do exercício e o patrimônio líquido estão apresentados a maior no mesmo valor, na controladora.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Energimp S.A.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para o item 1.1 da Nota 1 às demonstrações financeiras, que descreve que Companhia que vinha enfrentando dificuldades operacionais nos últimos anos e, em decorrência principalmente dos temas lá descritos, tem apurado repetitivos prejuízos e fluxos de caixa negativos. O plano e as ações tomadas pela administração para essa situação também estão descritos na nota 1.1. Essas circunstâncias indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre sua continuidade operacional. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas , a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Energimp S.A.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

- Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Energimp S.A.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 4 de abril de 2019

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Vinícius Ferreira Britto Rêgo
Contador CRC 1BA024501/O-9

ENERGIMP S.A.

Balanço patrimonial
Em milhares de reais

Ativo	Controladora 31 de dezembro de 2018	Controladora 31 de dezembro de 2017 (Reapresentado - Nota 2.3)	Consolidado 31 de dezembro de 2018	Consolidado 31 de dezembro de 2017 (Reapresentado - Nota 2.3)
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	8.228	1	18.829	6.682
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 6)	8.961	3.024	31.764	110.406
Contas a receber (Nota 7)	-	-	39.895	19.592
Outras contas a receber	16.000	-	16.000	-
Dividendos a receber (Nota 15)	435	435	435	435
Impostos a recuperar	725	667	4.276	1.871
Despesas antecipadas	245	200	2.456	1.990
Adiantamentos a fornecedores	142	135	3.129	492
Outros ativos	178	2	837	107
	34.914	4.464	117.621	141.575
Ativo não circulante mantido para venda (Nota 8)	-	-	180.292	184.012
Total do ativo circulante	34.914	4.464	297.913	325.587
Não circulante				
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 6)	2.735	-	13.227	1.381
Impostos a recuperar	-	-	1.433	-
Dividendos a receber (Nota 15)	17.360	16.182	-	-
Depósitos judiciais (Nota 21)	2.300	2.204	3.488	5.635
Partes relacionadas (Nota 15)	258.828	211.835	263.948	257.239
Impostos diferidos (Nota 20)	-	4.576	7.310	14.045
Outros ativos	42	42	368	42
	281.265	234.839	289.774	278.342
Investimentos (Nota 9)	412.992	569.623	-	132.035
Imobilizado (Nota 10)	257	339	1.403.628	1.069.059
Intangível (Nota 11)	15.340	16.565	35.209	76.326
Diferido	590	1.601	-	-
Total do ativo não circulante	710.444	822.967	1.728.611	1.555.762
Total do ativo	745.357	827.431	2.026.524	1.881.349

Passivo e patrimônio líquido	Controladora 30 de dezembro de 2018	Controladora 31 de dezembro de 2017 (Reapresentado - Nota 2.3)	Consolidado 31 de dezembro de 2018	Consolidado 31 de dezembro de 2017 (Reapresentado - Nota 2.3)
Circulante				
Fornecedores (Nota 12)	440	681	58.628	17.953
Contas a pagar (Nota 13)	-	-	262.209	186.348
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	-	443.986	315.329	1.357.875
Partes relacionadas (Nota 15)	106.814	185.032	106.814	185.032
Obrigações sociais	485	456	992	1.135
Impostos a recolher (Nota 16)	34	19	17.559	6.319
Dividendos a pagar (Nota 15)	139	139	139	139
Custo sócioambiental	-	-	2.097	2.112
	107.912	630.313	763.767	1.756.913
Passivos relacionados a ativo não circulante mantido para venda (Nota 8)	-	-	374.616	340.457
Total do passivo circulante	107.912	630.313	1.138.383	2.097.370
Não circulante				
Contas a pagar (Nota 12)	-	-	43.027	31.345
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	483.227	-	1.229.809	-
Partes relacionadas (Nota 15)	133.359	84.875	39.181	38.612
Impostos diferidos (Nota 20)	5.606	6.397	5.090	843
Provisão para perda de investimento (Nota 9)	444.780	392.271	-	-
Provisão para riscos civeis e trabalhistas (Nota 27)	23.589	19.436	23.752	19.586
Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 17)	98.833	98.833	98.833	98.833
Total do passivo não circulante	1.189.394	601.812	1.439.692	189.219
Total do passivo	1.297.306	1.232.125	2.578.075	2.286.589
Patrimônio líquido (Nota 18)				
Capital social	608.390	608.390	608.390	608.390
Reserva de capital	235.114	235.114	235.114	235.114
Reserva de lucros	14.006	14.006	14.006	14.006
Prejuízos acumulados	(1.409.459)	(1.262.205)	(1.409.061)	(1.262.750)
Total do patrimônio líquido (Passivo à descoberto)	(551.949)	(404.695)	(551.551)	(405.240)
Total do passivo e patrimônio líquido (Passivo à descoberto)	745.357	827.431	2.026.524	1.881.349

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGIMP S.A.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017 (Reapresentado - Nota 2.3)	2018	2017 (Reapresentado - Nota 2.3)
Operações continuadas				
Receita	421	-	79.105	128.185
TOTAL	421	-	79.105	128.185
Custo da operação (Nota 23)	-	-	(138.100)	(117.976)
(Prejuízo) lucro bruto	421	-	(58.995)	10.209
Despesas administrativas (Nota 23)	(2.013)	(3.124)	(16.714)	(16.235)
Penalidades contratuais (Nota 23)	(12.451)	(9.436)	(13.667)	(21.340)
Perda por desvalorização de ativos (Nota 23)	-	-	115.132	(163.698)
Participação nos resultados de controladas (Nota 9)	(69.274)	(506.012)	-	-
Outros ganhos (perdas), líquidos (Nota 23)	(63)	(21)	1.472	(25.102)
Prejuízo operacional	(83.381)	(518.593)	27.228	(216.166)
Receitas financeiras (Nota 24)	304	437	11.534	6.004
Despesas financeiras (Nota 24)	(52.570)	(73.913)	(131.716)	(176.692)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(52.266)	(73.476)	(120.182)	(170.688)
Participação nos resultados de controladas em conjunto (Nota 9)	(12.357)	(16.192)	(12.357)	(16.192)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(148.004)	(608.261)	(105.311)	(403.046)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	(4.464)	(6.085)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	749	6.725	(2.377)	7.288
Imposto de renda e contribuição social (Nota 20)	749	6.725	(6.841)	1.203
Prejuízo do exercício das operações continuadas	(147.255)	(601.536)	(112.151)	(401.843)
Prejuízo do exercício de operações descontinuadas (Nota 8)	-	-	(34.159)	(198.729)
Prejuízo do exercício (Nota 4.2)	(147.255)	(601.536)	(146.311)	(600.572)
Prejuízo por ação				
De operações continuadas			(0,03)	(0,19)
De operações descontinuadas			(0,11)	(0,40)
			(0,14)	(0,59)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGIMP S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017 (Reapresentado - Nota 2.3)	2018	2017 (Reapresentado - Nota 2.3)
Prejuízo do exercício	(147.255)	(601.536)	(146.311)	(600.572)
Outros resultados abrangentes				
Total do resultado abrangente do exercício	(147.255)	(601.536)	(146.311)	(600.572)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGIMP S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (passivo à descoberto) (Controladora)

Em milhares de reais

	Capital social	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2017	608.390	249.120	(681.429)	176.081
Prejuízo do exercício **(representado Nota 2.3)**			(601.536)	(601.536)
Ajuste de exercícios anteriores			20.760	20.760
Em 31 de dezembro de 2017 (reapresentado Nota 2.3)	608.390	249.120	(1.262.205)	(404.695)
Prejuízo do exercício			(147.255)	(147.255)
Em 31 de dezembro de 2018	608.390	249.120	(1.409.460)	(551.949)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGIMP S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (passivo à descoberto) (Consolidado)

Em milhares de reais

	Capital social	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2017	608.390	249.120	(681.311)	176.199
Prejuízo do exercício (reapresentado Nota 2.3)			(600.572)	(600.572)
Ajuste de exercícios anteriores			19.133	19.133
Em 31 de dezembro de 2017 (reapresentado Nota 2.3)	608.390	249.120	(1.262.751)	(405.240)
Prejuízo do exercício			(146.311)	(146.311)
Em 31 de dezembro de 2018	608.390	249.120	(1.409.062)	(551.551)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGIMP S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017 (Reapresentado - Nota 2.3)	2018	2017 (Reapresentado - Nota 2.3)
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes do imposto de renda, incluindo operações descontinuadas	(148.004)	(608.261)	(139.471)	(601.775)
Ajustes de:				
Depreciação e amortização	2.417	2.415	89.873	78.418
Perda por desvalorização de ativo imoblizado (Nota 10)			(115.895)	163.698
Valor residual do ativo imobilizado baixado (Nota 10)	-	43	66.087	37.315
Amortização do custo de transação - empréstimos (Nota 14)			(3.620)	1.002
Encargos financeiros e variação monetária, líquidos	47.323	68.913	132.013	167.962
Apropriação de seguros			2.172	1.930
Penalidades contratuais - processo CEMIG	12.451	9.436	12.451	9.436
Penalidades contratuais de operações continuadas (Nota13)			1.216	11.904
Penalidades contratuais de operações descontinuadas (Nota 8)			34.158	159.270
Provisão para riscos cíveis (Nota 28)	(292)	292	(304)	2.297
Participação nos resultados de controladas e controladas em conjunto (Nota 9)	81.631	522.204	12.357	16.192
Variações no capital circulante:				
Contas a receber	-		(20.303)	4.018
Transferencia - emrpréstimos (Nota 14)			77.298	
Outras contas a receber	(16.000)		(16.000)	
Impostos a recuperar	(58)	(169)	(3.838)	(568)
Despesas antecipadas	(45)	(184)	(2.638)	(2.130)
Adiantamento a fornecedores	(7)	29	(2.637)	(182)
Partes relacionadas	-	(31.611)	16.450	(1.657)
Outros ativos	4.324	1.341	3.087	(6.270)
Depósitos judiciais	(96)	(2.047)	2.147	(4.374)
Fornecedores	(241)	150	40.675	2.931
Contas a pagar			52.170	66.549
Obrigações sociais	29	(971)	(143)	(1.934)
Impostos a recolher	15	(10)	9.076	(4.512)
Partes relacionadas	(74.101)	38.155	(64.023)	3.865
Custo sócio ambiental			(1.280)	(2.029)
Pagamento de ações trabalhistas	(18.714)	(1.349)	(18.689)	(3.353)
Caixa gerado nas operações	(109.368)	(1.624)	162.389	98.003
Juros pagos (Nota 14)			(932)	(2.439)
Imposto de renda e contribuição social pagos			2.164	3.618
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	(109.368)	(1.624)	163.621	99.182
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
(Aumento) redução dos investimentos	126.331		119.678	
Aquisição de imobilizado (Nota 10)	(65)	(79)	(327.880)	(5.029)
Aquisição de ativos intangíveis (Nota 11)			(1.917)	-
Dividendos recebidos	-	2.286	-	2.286
Aplicações financeiras vinculadas	(8.672)	(584)	68.061	(105.876)
Aumento de capital e adiantamento para aumento de capital em controladas	-	-	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	117.594	1.623	(142.058)	(108.619)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Pagamento de empréstimos - principal (Nota 14)			(9.416)	(2.589)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	-	-	(9.416)	(2.589)
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	8.227	(1)	12.147	(12.026)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 5)	1	2	6.682	18.708
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 5)	8.228	1	18.829	6.682
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	8.227	(1)	12.147	(12.026)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGIMP S.A.

Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017 (Reapresentado - Nota 2.3)	2018	2017 (Reapresentado - Nota 2.3)
Receitas				
Receita (Nota 22)	465	-	86.624	121.616
	465	-	86.624	121.616
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo da operação (Nota 23)	-	-	(27.264)	(9.770)
	-	-	(27.264)	(9.770)
Valor adicionado bruto	465	-	59.360	111.846
Depreciação, amortização e perda por desvalorização de ativos	(2.432)	(2.368)	(89.873)	(250.783)
Valor adicionado líquido produzido	(1.967)	(2.368)	(30.513)	(138.937)
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras (Nota 24)	(767)	342	13.273	5.909
Participação nos resultados das controladas e controladas em conjunto (Nota 9)	(111.717)	(522.204)	(42.443)	(16.193)
Ganho (perda) na alienação de investimentos (Nota 23)	30.086	-	30.086	-
	(82.397)	(521.862)	917	(10.284)
Valor adicionado total a distribuir	(84.364)	(524.230)	(29.595)	(149.221)
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal:				
Remuneração direta	3.418	3.715	8.232	7.787
Benefícios	843	816	2.306	2.184
FGTS	201	730	1.105	1.057
	4.462	5.261	11.643	11.028
Impostos, taxas e contribuições:				
Federais	128	(5.939)	29.214	20.052
Estaduais	836	1	923	10
Municipais	23	-	23	-
	987	(5.938)	30.159	20.062
Remuneração de capitais de terceiros:				
Juros	46.253	69.080	126.779	199.332
Aluguéis	210	157	711	695
Despesas financeiras	5.246	4.737	3.866	5.946
Penalidades contratuais de operações continuadas	12.451	9.436	13.667	21.340
Penalidades contratuais de operações descontinuadas	-	-	34.158	187.553
Outras	(6.717)	(5.427)	(104.265)	5.395
	57.441	77.983	74.913	420.261
Remuneração de capitais próprios:				
Prejuízo do exercício	(147.255)	(601.536)	(146.311)	(600.572)
Valor adicionado distribuído	(84.364)	(524.230)	(29.595)	(149.221)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Informações gerais

A Energimp S.A. ("Companhia"), sociedade por ações de capital fechado, com sede na Rua Fidêncio Ramos, nº 160, Conjunto nº 312, Bairro Vila Olímpia, localizada na cidade de São Paulo, foi constituída em 15 de março de 2000, tendo como objetivo a exploração, através da participação em consórcios ou sociedades, de usinas de geração de energia elétrica, nas formas permitidas em lei e mediante a obtenção das correspondentes concessões e autorizações; a importação de bens e serviços relacionados com os objetivos sociais mencionados; e a participação em outras sociedades como sócia, quotista ou acionista.

A Companhia é controlada pela Wind Power Energia S.A. ("WPE"), Companhia anônima de capital fechado, com sede na cidade do Cabo de Santo Agostinho, Estado de Pernambuco. A WPE é controlada pela empresa Venti S.A. sediada em Luxemburgo.

As empresas controladas da Sociedade, são denominadas de Centrais Eólicas do Sul ("Santa Catarina"), Centrais Eólicas do Ceará II, IV e V, e Projetos em Desenvolvimento. Durante o exercício de 2018, a Companhia adquiriu controle da "Central Eólica Praia do Morgado", que até 2017 era uma das suas controladas em conjunto. Todas essas controladas são sociedades por ações de capital fechado que têm por objetivo social a implantação, operação e comercialização de energia através de centrais geradoras eólicas.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração, em 4 de abril de 2019.

A seguir estão apresentadas as empresas controladas e controladas em conjunto da Sociedade:

Empresa	Participação no capital integralizado - % 2018	2017	Capacidade de produção Instalada (*)	Constituição/ Aquisição	Início de operação	Resolução autorizativa Aneel (nº - data)	Compradora	Contrato de venda de energia: Valor total do contrato (em R$)	Montante a ser vendido por ano (MWh/ano)	Preço (MWh)	Início	Fim	Índice de correção
Central Eólica Praia do Morgado S.A. (a) e (f)	100	51	28,8 MW	27/08/04	26/05/10	659-26/12/01	Eletrobrás	549.764.453 (i)	59.117 (i)	464.98 (k)	30/09/09	29/09/29	IGP-M
Centrais Eólicas do Sul ("Santa Catarina") (a) e (f):													
Amparo Energia Eólica S.A.	100	100	22,5 MW	19 e 26/08/09	21/12/11	62-18/02/04	Eletrobrás	431.080.872 (i)	62.553 (i)	459,43 (k)	20/12/06	19/12/26	IGP-M
Aquibatã Energia Eólica S.A.	100	100	30,0 MW	19 e 26/08/09	13/12/11	28-27/01/04	Eletrobrás	602.483.438 (i)	87.233 (i)	460,44 (k)	10/12/06	09/12/26	IGP-M
Bom Jardim Energia Eólica S.A.	100	100	30,0 MW	19 e 26/08/09	22/10/11	41-03/02/04	Eletrobrás	538.314.321 (i)	77.181 (i)	464,98 (k)	15/12/06	14/12/26	IGP-M
Campo Belo Energia Eólica S.A.	100	100	10,5 MW	19 e 26/08/09	15/11/11	58-17/02/04	Eletrobrás	191.740.412 (i)	27.655 (i)	462,22 (k)	27/12/06	26/12/26	IGP-M
Cascata Energia Eólica S.A.	100	100	6,0 MW	19 e 26/08/09	27/10/11	30-27/01/04	Eletrobrás	92.678.018 (i)	14.358 (i)	430,32 (k)	14/12/06	13/12/26	IGP-M
Cruz Alta Energia Eólica S.A.	100	100	30,0 MW	19 e 26/08/09	09/11/11	63-18/02/04	Eletrobrás	587.660.323 (i)	84.256 (i)	464,98 (k)	20/12/06	19/12/26	IGP-M
Púlpito Energia Eólica S.A.	100	100	30,0 MW	19 e 26/08/09	19/08/11	27-27/01/04	Eletrobrás	557.299.454 (i)	79.903 (i)	464,98 (k)	10/12/06	09/12/26	IGP-M
Rio de Ouro Energia Eólica S.A.	100	100	30,0 MW	19 e 26/08/09	08/07/11	31-27/01/04	Eletrobrás	526.024.899 (i)	75.419 (i)	464,98 (k)	19/12/06	18/12/26	IGP-M
Salto Energia Eólica S.A.	100	100	30,0 MW	19 e 26/08/09	02/12/11	32-27/01/04	Eletrobrás	604.169.616 (i)	87.658 (i)	459,49 (k)	29/12/06	28/12/26	IGP-M
Santo Antônio Energia Eólica S.A.	100	100	3,0 MW	19 e 26/08/09	08/07/11	29-27/01/04	Eletrobrás	32.928.546 (i)	4.991 (i)	439,84 (k)	17/12/06	16/12/26	IGP-M
Centrais Eólicas do Ceará II:													
Central Eólica Quixaba S.A. (a)	100	100	25,5 MW	03/03/10	25/10/12	798-21/09/10	CCEE	386.444.348 (i)	78.840 (i)	245,08 (i)	25/10/12	24/10/32	IPCA
Nova Eólica Araras S.A. (b)	100	100	30,0 MW	03/03/10	(g)	563-10/06/10	CCEE	506.278.944 (j)	105.120 (j)	240,81 (j)	01/05/14	30/04/34	IPCA
Nova Eólica Buriti S.A. (a)	100	100	30,0 MW	03/03/10	03/04/14	562-10/06/10	CCEE	464.089.032 (i)	96.360 (i)	240,81 (i)	01/08/13	31/07/33	IPCA
Nova Eólica Cajucoco S.A. (a)	100	100	30,0 MW	03/03/10	21/03/14	615-06/07/10	CCEE	506.278.944 (i)	105.120 (i)	240,81 (i)	01/08/13	31/07/33	IPCA
Nova Eólica Coqueiro S.A. (a)	100	100	27,0 MW	03/03/10	07/11/14	579-17/06/10	CCEE	464.089.032 (i)	96.360 (i)	240,81 (i)	01/08/13	31/07/33	IPCA
Nova Eólica Garças S.A. (b)	100	100	30,0 MW	03/03/10	(g)	566-15/06/10	CCEE	548.468.856 (j)	113.880 (j)	240,81 (j)	01/08/13	31/07/33	IPCA
Nova Eólica Lagoa Seca S.A. (b)	100	100	19,5 MW	03/03/10	(g)	605-30/06/10	CCEE	341.567.392 (j)	70.080 (j)	243,70 (j)	01/05/14	30/04/34	IPCA
Nova Eólica Vento do Oeste S.A. (b)	100	100	19,5 MW	03/03/10	(g)	745-24/08/10	CCEE	298.871.468 (j)	61.320 (j)	243,70 (j)	01/05/14	30/04/34	IPCA
Centrais Eólicas do Ceará IV: (b) e (h):													
Nova Ventos de Santa Rosa Energias Renováveis S.A.	100	100	30 MW	08/11/11	01/07/19 (d)	138-16/03/12	CCEE	340.014.675 (j)	118.260 (j)	143,66 (j)	01/12/16	30/11/36	IPCA
Nova Ventos de Santo Inácio Energias Renováveis S.A.	100	100	30 MW	08/11/11	01/07/19 (d)	183-26/03/12	CCEE	337.753.470 (j)	115.632 (j)	145,95 (j)	01/12/16	30/11/36	IPCA
Nova Ventos de São Geraldo Energias Renováveis S.A.	100	100	30 MW	08/11/11	01/07/19 (d)	140-16/03/12	CCEE	367.348.926 (j)	127.896 (j)	143,51 (j)	01/12/16	30/11/36	IPCA
Nova Ventos de São Sebastião Energias Renováveis S.A.	100	100	30 MW	08/11/11	01/07/19 (d)	226-13/04/12	CCEE	339.128.928 (j)	117.384 (j)	144,35 (j)	01/12/16	30/11/36	IPCA
Centrais Eólicas do Ceará V: (b) e (e)													
Ventos de São Bartolomeu Energias Renováveis S.A.	100	100	30 MW	20/07/12	(c)	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ventos de São Jerônimo Energias Renováveis S.A.	100	100	30 MW	20/07/12	(c)	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ventos de Santa Adelaide Energias Renováveis S.A.	100	100	30 MW	20/07/12	(c)	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ventos de São Bonifácio Energias Renováveis S.A.	100	100	30 MW	20/07/12	(c)	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Projetos em Desenvolvimento: (b) e (e)													
Central Eólica Lagoa dos Patos S.A.	100	100	30 MW	20/02/09	(c)	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Central Eólica Timbaú S.A	100	100	28 MW	20/02/09	(c)	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

(*) Informação não auditada

(a) Controladas em operação comercial.

(b) Controladas em fase pré-operacional.

(c) Data de início operacional ainda não definida.

(d) Datas estimadas pela Companhia para entrada em operação.

(e) Ainda não ocorreu o leilão.

(f) Tarifa líquida do desconto do REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura, com data de início em 1º de abril de 2012.

(g) Em decorrência do não cumprimento do contrato referente a entrada em operação das usinas de Nova Eólica Araras S.A., Nova Eólica Garças S.A., Nova Eólica Lagoa Seca S.A. e Nova Eólica Vento do Oeste S.A., em 14 de setembro de 2016 a Companhia foi notificada pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS sobre a rescisão dos contratos de uso do sistema de transmissão – CUST e, em 10 de outubro de 2016, a Companhia foi comunicada através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) sobre o desligamento do contrato de energia de reserva – CER do sistema da CCEE. Conforme descrito na Nota 8 no item b), as penalidades foram reconhecidas pela Companhia e somam o montante de R$ 144.305, sendo R$ 124.799 referente a CCEE e R$ 19.506 referente ao ONS. Em 19 de setembro de 2017, a ANEEL emitiu as Resoluções Autorizativas de nº 6.636, 6.637, 6.638 e 6.639, referente a revogação da outorga dessas eólicas, a penalidade da revogação foi reconhecida pela Companhia no montante de R$ 44.026.

(h) Em 19 de setembro de 2017, a ANEEL emitiu as Resoluções Autorizativas de nº 6.640, 6.641, 6.642 e 6.643, referente a revogação da outorga dessas eólicas, a penalidade da revogação foi reconhecida pela Companhia no montante de R$ 46.168. Em virtude da revogação apresentada pela ANEEL, a CCEE notificou as eólicas em 28 de setembro de 2017 com a formalização do desligamento do Contrato de Energia de Reserva – CER, sendo reconhecido a penalidade contratual, atualizada, no montante de R$ 83.285.

(i) Valores atualizados conforme dados informados no Plano Anual do PROINFA válido para o exercício vigente – PAP 2016 e, para a Central Eólica Quixaba S.A., Nova Eólica Buriti S.A. e Nova Eólica Cajucoco S.A. e Nova Eólica Coqueiro S.A., nos termos do contrato de energia de reserva.

(j) Refere-se ao valor atualizado do contrato.

(k) Valores atualizados conforme dados informados pelo setor de Divisão de Acompanhamento de Comercialização de Energia – ECCG da Eletrobrás.

1.1 Informações sobre aspectos relacionados ao pressuposto da continuidade operacional

Os planos da Administração para manutenção das atividades da Companhia e suas controladas consistem na rentabilidade futura dos investimentos em operação, na recuperação de perdas técnicas decorrentes de baixa geração de energia nos últimos exercícios por problemas nos aerogeradores, equilíbrio no fluxo de caixa em decorrência da obtenção de uma nova estrutura de endividamento, na negociação de passivos relevantes e na viabilização da venda de ativos em pré-operação. Assim, as demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios da Companhia suas controladas e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação dos passivos, que seriam requeridos na impossibilidade de a Companhia e suas controladas continuarem operando. A Administração acredita que a execução de ações para a implementação do seu planejamento, serão suficientes para a continuidade normal das operações no curto prazo e possibilitará colocar a Companhia e suas controladas em um patamar de rentabilidade e segurança financeira no médio e longo prazos. Maiores detalhes sobre o plano de ação da Administração, estão descritos a seguir:

a) Rentabilidade futura dos investimentos em operação

Ao reavaliar o seu plano de continuidade operacional, a administração levou em consideração a estabilidade das suas receitas, baseadas em contratos de longo prazo de geração de energia eólica junto aos órgãos reguladores, os quais não possuem qualquer histórico de inadimplência ou descumprimento de condições estabelecidas nos contratos.

A administração ressalta que estas receitas vinham sendo afetadas por questões técnicas e operacionais que gradativamente foram reduzindo o volume de energia gerada. Entretanto, sanadas essas condições adversas (ver item seguinte), as projeções indicam resultados satisfatórios do ponto de vista de rentabilidade e fluxos de caixa.

Ainda que pouco provável de acordo com os dados históricos, há de se considerar que o negócio está sujeito ao risco de escassez de vento, que decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, que poderá acarretar na redução da quantidade de energia gerada e, consequentemente, na redução da rentabilidade do negócio.

b) Recuperação de perdas técnicas decorrentes de baixa geração de energia nos últimos exercícios por problemas nos aerogeradores.

A Companhia firmou contrato com o fornecedor "Goldwind Internacional Holdings Lt." em 26 de abril de 2018, como parte do plano de reestruturação, para fornecimento de 242 geradores como solução tecnológica para recuperação da geração dos parques eólicos em operação, o contrato está avaliado em R$447.551, conforme Nota 8. As trocas das máquinas tiveram início em setembro de 2018 com término previsto para o ano de 2022.

c) Equilíbrio no fluxo de caixa em decorrência da obtenção de uma nova estrutura de endividamento

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R$ 72.998 (R$ 625849, em 2017) e de R$ 840.470 (R$ 1.771.783, em 2017), controladora e consolidado, respectivamente.

Com a repactuação em 2018, dos Contratos de Financiamento de Longo Prazo e Operação de Médio Prazo com a Caixa Econômica Federal, os saldos foram substancialmente reclassificados para o passivo não circulante, o que gerou um efeito positivo significativo no capital circulante da Sociedade, porém, ainda não suficiente para reversão.. O principal aspecto dessa repactuação diz respeito à concessão de uma carência adicional de 4 (quatro) anos para os Complexos CEII e SC, e de 24 (vinte e quatro) meses para a Central Eólica Praia de Morado.

A Administração entende que tal situação será revertida ao longo da operação dos parques eólicos, que conforme descrito no item "b)" acima, estão voltando gradativamente à sua condição normal de operação, mediante a substituição dos geradores, durante o período de carência dos empréstimos, a Administração está investindo os recursos gerados internamente na recuperação de suas máquinas a fim de retomar o crescimento de suas receitas.

d) Negociação de passivos relevantes

A Companhia possuía um passivo relevante junto à CEMIG, decorrente do Processo de Arbitragem iniciado em 2012 na Câmara de Arbitragem do Mercado (BOVESPA), cuja sentença final foi proferida em maio de 2017, quando a Companhia reconheceu a obrigação no montante de R$ 96.331. A CEMIG era parceira da Companhia nos parques eólicos das Centrais Eólicas Ceará I, nos quais eram controladoras em conjunto, sendo que a Companhia era detentora de 51% das ações dos parques, enquanto a CEMIG detinha 49%.

Em 17 de maio de 2018, a Companhia firmou um Instrumento Particular de Transação e Outras Avenças junto a CEMIG com as definições das regras e condições para realização do descruzamento. Em 20 de dezembro de 2018 foi emitido o termo de quitação do referido instrumento, através do qual se deu a quitação do passivo pelo processo de dação de ações da Sociedade, não havendo dessa forma desembolso de caixa para a Sociedade, e sim uma torna no valor de R$23.954, sendo R$5.219 recebidos na mesma data e R$16.000 previstos para recebimento até o final de abril de 2019. Conforme previsto na negociação entre as partes, foi constituído uma Conta Garantia em nome da Energimp e CEMIG com o Banco Santander, no valor de R$2.735, para cobertura de possíveis passivos contingenciais com validade de cinco anos.

A redistribuição das ações dos parques eólicos Ceará I ficaram da seguinte forma: (a) foi efetuada a transferência de 49% das ações da CEMIG na Central Eólica Praia do Morgado S.A. à Sociedade, passando essa a possuir 100% das ações, e (b) foram transferidos 51% das ações da Companhia nas Central Eólica Praias de Parajuru S.A. e na Central Eólica Volta do Rio S.A. à CEMIG, ficando a CEMIG com a totalidade de 100% das ações nessas duas eólicas. Com esse acordo, todas as obrigações e relações da Companhia junto à CEMIG foram encerradas.

e) Viabilização da venda de ativos em pré-operação

A Companhia possui os complexos eólicos Centrais Eólicas Ceará IV e 4 (quatro) eólicas do Complexo CE II que tiveram seu Contrato de Energia de Reserva (CER), desligados do sistema pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, e suas outorgas revogadas pela ANEEL em 19 de setembro de 2017 pelo não cumprimento do prazo de entrada em operação. Essas eólicas tiveram seu projeto paralisado desde 2014, em decorrência de seu fornecedor de aerogeradores, e também acionista, Wind Power Energia S.A. ("WPE"), que desde dezembro de 2014 encontra-se em processo de recuperação judicial, não cumprindo portanto, com o contrato de Fornecimento de Aerogeradores firmado com as Eólicas e rescindidos em 31 de maio de 2016. A Administração tem reportado aos acionistas as consequências geradas junto aos órgãos reguladores. Dessa forma, a Companhia tem trabalhado na busca de investidores em potencial para venda desses parques, além de apresentar pleitos junto aos órgãos reguladores a fim de negociar o pagamento das penalidades regulatórias. Conforme descrito na Nota 8, devido à alta probabilidade de que os referidos ativos serão vendidos, estes foram reclassificados para "ativo não circulante mantido para venda".

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) , e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 3.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis da Sociedade.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3 (m).

(a) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. Conforme permitido pelo CPC e de acordo com a legislação societária brasileira vigente, a Companhia optou pela manutenção nas demonstrações financeiras individuais com a manutenção do saldo da conta do ativo diferido, procedimento permitido pelo CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº. 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, e que tem caráter transitório até a total amortização desses saldos.

(b) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

(c) Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é facultada à Companhias de capital fechado pela legislação societária brasileira. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado".

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e controladas são apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação.

2.3. Reapresentação das cifras comparativas

Em 2018, foram identificados ajustes de exercícios anteriores, relacionados à mudanças na aplicação da prática contábil aplicada na Companhia para reconhecimento das amortizações de ágios, que até o ano anterior eram amortizados e a Administração optou por rever a aplicação da interpretação julgando que a Companhia deve descontinuar a amortização do ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), decorrente de combinações de negócios anteriores, e deve passar a testar o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) em relação ao seu valor recuperável de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Os reflexos dessa mudança de prática estão demonstrados abaixo. Além desse impacto, algumas reclassificações foram efetuadas para melhor apresentação.

Efeitos da reapresentação

Os efeitos da reapresentação são demonstrados a seguir:

Balanço patrimonial:

		Controladora		
		31 de dezembro de 2017		
		Original	**Ajuste**	**Reapresentado**
Ativo				
Não circulante		799.289	23.677	822.967
Investimentos	(i)	545.945	23.677	569.623
Total do ativo		803.753	23.677	827.431
Patrimônio líquido				
Patrimônio líquido		(428.372)	23.677	(404.695)
Total do passivo e patrimônio líquido		803.753	23.677	827.431

		Consolidado		
		31 de dezembro de 2017		
		Original	**Ajuste**	**Reapresentado**
Ativo				
Não circulante		1.533.474	22.289	1.555.762
Intangível	(ii)	54.037	22.289	76.326
Total do ativo		1.859.061	22.289	1.881.349
Patrimônio líquido				
Patrimônio líquido		(427.529)	22.289	(405.240)
Total do passivo e patrimônio líquido		1.859.061	22.289	1.881.349

Demonstração do resultado:

		Controladora		
		31 de dezembro de 2017		
		Original	**Ajuste**	**Reapresentado**
Despesas administrativas	(i)	(6.042)	2.918	(3.124)
Prejuízo do exercício		(604.453)	2.918	(601.536)

		Consolidado		
		31 de dezembro de 2017		
		Original	**Ajuste**	**Reapresentado**
Despesas administrativas	(ii)	(19.390)	3.155	(16.235)
Prejuízo do exercício		(603.727)	3.155	(600.572)

(i) Efeito da reversão da amortização do ágio no investimento na controladora, acumulado no balanço patrimonial e efeito no ano de 2017 no resultado.

(i) Efeito da reversão da amortização do ágio alocado no intangível no consolidado, acumulado no balanço patrimonial e efeito no ano de 2017 no resultado.

Em função da imaterialidade dos ajustes, a Administração não julgou relevante para a informação a abertura da terceira coluna de 1º de janeiro de 2017 para reapresentação do balanço patrimonial.

3. Principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante.

b) Aplicações financeiras vinculadas

Mantidas para atendimento às exigências legais e contratuais e, portanto, classificados como mantidos até o vencimento. São avaliados pelo valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando a taxa de juros efetiva.. Aqueles investimentos com perspectiva de realização em até 365 dias são classificados no ativo circulante, os demais são reconhecidos no ativo não circulante.

c) Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de geração de energia no curso normal das atividades da Companhia. Na prática, são reconhecidas pela valorização da energia fornecida, em MWh, pela tarifa vigente dos Contratos de Proinfa e Energia de Reserva – CER. Caso a energia fornecida seja inferior à energia contratada no período de apuração dos contratos, o valor excedente recebido é registrado como contas a pagar. Se o prazo de recebimento é equivalente um ano ou menos as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia adotou o novo modelo de *impairment* para ativos financeiros introduzido pelo IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros", um modelo híbrido de perdas esperadas e incorridas (doravante denominado modelo de perdas esperadas), em substituição ao modelo anterior de perdas incorridas.

d) Ativo não circulante mantido para venda

Os ativos não circulantes são classificados como ativos mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio de uma venda e quando essa venda for praticamente certa. Estes ativos são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda.

e) Investimentos

As participações societárias em controladas e em controladas em conjunto são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

f) Imobilizado

São compostos substancialmente pelos aerogeradores e estão registrados ao custo histórico de aquisição ou construção. Os ativos estão deduzidos de depreciação acumulada e das perdas por recuperação, quando aplicável. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação é calculada pelo método linear, por categoria de bem, às taxas anuais que representam a vida útil-econômica estimada desses bens. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

g) Intangível

O ativo intangível inclui direitos de operação pago no processo de aquisição das controladas,, ganhos na alienação de investimentos, , licenças e custos de desenvolvimento de projetos. A amortização ocorre a partir do início das operações destas, pelo prazo remanescente da concessão (autorização).

Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente como direito de autorização (exploração) são registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo.

h) Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não financeiros

A Companhia e suas controladas analisam periodicamente a existência de evidências de não realização do valor contábil de um ativo. Caso sejam identificadas tais evidências, a Companhia e suas controladas estimam o valor recuperável do ativo ("*impairment*") para determinar eventual provisão para trazer os saldos contábeis aos valores recuperáveis.

A Administração revisa a recuperação do valor contábil dos ativos não circulantes ou longa duração, principalmente o imobilizado, o intangível e diferido mantidos e utilizados nas operações da Companhia e suas controladas. O objetivo dessa revisão é o de determinar e avaliar a ocorrência de eventos ou mudanças nas circunstâncias indicando que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos poderá não ser recuperado.

Os ativos são agrupados e avaliados segundo a possível não recuperação, com base nos fluxos de caixa descontados do negócio projetados para o período correspondente a vida remanescente estimada dos ativos. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre: (i) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda; e (ii) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa.

Quando uma provisão para redução ao provável valor recuperável é revertida em períodos subsequentes, o valor contábil do ativo é aumentado para refletir a estimativa revisada do valor de realização. O valor da reversão da provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos de vida longa está limitado ao valor da provisão constituída em períodos anteriores, e é registrado no resultado do exercício em que houve a revisão da estimativa.

i) Diferido

Corresponde aos gastos incorridos durante a fase pré-operacional a serem amortizados a partir do início das operações comerciais das controladas. Esses gastos foram mantidos conforme facultado pela Lei nº 11.941/09. A partir de 2009, o registro das despesas pré-operacionais é feito diretamente no resultado, na conta "despesas operacionais".

j) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

k) Empréstimos e financiamentos

São, incialmente, reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos financeiros pactuados, que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos até as datas dos balanços (custo amortizado).

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

l) Instrumentos financeiros

A partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia passou a adotar o IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros", para determinar a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros, essa norma substitui a orientação no IAS 39/CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros.

<u>Ativos financeiros</u>

Até 31 de dezembro de 2017, os ativos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado; ativos financeiros mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. Em 1º de janeiro de 2018, data da adoção inicial do IFRS 9/CPC 48, a administração avaliou quais modelos de negócio se aplicavam aos ativos financeiros mantidos pela Companhia e classificou os instrumentos financeiros nas devidas categorias da nova norma: Valor justo por meio do resultado ou custo amortizado.

Esta classificação depende da natureza e do propósito do ativo financeiro, que é determinada no seu reconhecimento inicial.

O ativo financeiro deve ser reconhecido na data de sua negociação (data em que a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender um ativo). O método de reconhecimento deve ser consistente para todas as compras e vendas de ativos financeiros que pertençam à mesma categoria. O ativo financeiro é reconhecido inicialmente pelo seu valor justo, acrescido dos custos de transação vinculados diretamente a sua aquisição ou emissão, exceto para aqueles designados como valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação contratual presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja obrigação será requerida a ser liquidada, e cujo montante da obrigação é estimada de forma confiável.

m) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e também aplicadas de maneira prospectiva.

As notas explicativas que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas dentro do próximo exercício financeiro são:

- Perda estimada no valor recuperável do ativo Imobilizado e intangível (Nota 10).
- Impostos diferidos (Nota 20).
- Instrumentos financeiros (Nota 21).
- Reconhecimento de receita (Nota 22).
- Riscos trabalhistas, cíveis e fiscais (Nota 28).

n) Outros ativos e passivos

Os ativos são demonstrados pelos valores realizáveis e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais.

o) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo fornecimento de energia no curso normal das atividades da Companhia . A receita é apresentada líquida de impostos.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Companhia.

A partir de 1º de janeiro de 2018 a Companhia adotou o IFRS 15/CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes", essa nova norma trouxe os princípios que uma entidade deve aplicar para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituiu o princípio de riscos e benefícios.

Fornecimento de energia elétrica

A Companhia reconhece a receita decorrente do fornecimento de energia elétrica considerando o montante em MWh gerado e fornecido valorizados ao preço contratado.

p) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R$ 240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável anual.

Nos exercícios de 2018 e 2017, a Controladora e suas controladas em conjunto Central Eólica Praia do Morgado S.A., Central Eólica Praias de Parajuru S.A. e Central Eólica Volta do Rio eram optantes pelo regime de lucro real e todas as suas controladas eram optantes pelo regime de lucro presumido. No caso das controladas o percentual de presunção aplicado sobre a receita realizada no período é de 8%.

Imposto diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

q) Arrendamentos

A Companhia é arrendatária de certos bens, compostos principalmente pelos terrenos nos quais operam os parques eólicos. Pelas suas características, esses contratos são enquadrados no conceito de arrendamentos operacionais e os pagamentos efetuados (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

r) Normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2017. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

(a) CPC 06 - Arrendamentos

A seguinte nova norma foi emitida pelo IASB mas não está em vigor para o exercício de 2018. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil": com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

- A Companhia definiu uma equipe para o projeto que revisou todos os contratos de arrendamento durante o último ano em face das novas regras contábeis de arrendamento no IFRS 16. A norma irá afetar, em especial, a contabilização dos arrendamentos operacionais da Companhia .

- A Companhia espera reconhecer ativos de direito de uso de aproximadamente R$ 40.170 em 1º de janeiro de 2019.

- A Companhia pretende aplicar a abordagem de transição simplificada e não irá reapresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção. Ativos de direito de uso relativos a arrendamentos de propriedades serão mensurados na transição como se as novas regras sempre tivessem sido aplicadas. Todos os outros ativos de direito de uso serão mensurados ao valor do passivo de arrendamento no momento da adoção (ajustado em relação a quaisquer despesas de arrendamento pagas antecipadamente ou acumuladas).

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

4. Base de consolidação e investimento em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas diretas, sendo aplicado, para tanto, o método de consolidação integral. Para as controladas em conjunto é aplicado o método de equivalência patrimonial.

Entre os principais ajustes de consolidação estão:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas, a controladora e as controladas, de forma que as demonstrações financeiras representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros.

- Eliminação das participações no patrimônio líquido das controladas (capital, reservas e lucros acumulados).

As seguintes controladas estão sendo incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas:

Controladas	31.12.18	31.12.17
	Em %	Em %
Centrais Eólicas do Sul:		
Amparo Energia Eólica S.A.	100	100
Aquibatã Energia Eólica S.A.	100	100
Bom Jardim Energia Eólica S.A.	100	100
Campo Belo Energia Eólica S.A.	100	100
Cascata Energia Eólica S.A.	100	100
Cruz Alta Energia Eólica S.A.	100	100
Púlpito Energia Eólica S.A.	100	100
Rio de Ouro Energia Eólica S.A.	100	100
Salto Energia Eólica S.A.	100	100
Santo Antonio Energia Eólica S.A.	100	100
Centrais Eólicas do Ceará II:		
Nova Eólica Araras S.A.	100	100
Nova Eólica Buriti S.A.	100	100
Nova Eólica Cajucôco S.A.	100	100
Nova Eólica Coqueiro S.A.	100	100
Nova Eólica Garças S.A.	100	100
Nova Eólica Lagoa Seca S.A.	100	100
Nova Eólica Vento do Oeste S.A.	100	100
Central Eólica Quixaba S.A.	100	100
Centrais Eólicas do Ceará IV:		
Nova Ventos de Santa Rosa Energias Renováveis S.A.	100	100
Nova Ventos de Santo Inácio Energias Renováveis S.A.	100	100
Nova Ventos de São Geraldo Energias Renováveis S.A.	100	100
Nova Ventos de São Sebastião Energias Renováveis S.A.	100	100
Centrais Eólicas do Ceará V:		
Ventos de São Bartolomeu Energias Renováveis S.A.	100	100
Ventos de São Jerônimo Energias Renováveis S.A.	100	100
Ventos de Santa Adelaide Energias Renováveis S.A.	100	100
Ventos de São Bonifácio Energias Renováveis S.A.	100	100
Central Eólica Praia do Morgado S.A.	100	51
Projetos em Desenvolvimento:		
Central Eólica Lagoa dos Patos S.A.	100	100
Central Eólica Timbaú S.A.	100	100

4.1. Demonstração da reconciliação do patrimônio líquido da controladora para o consolidado:

	31.12.18	31.12.17 (Reapresentado)
Total do patrimônio líquido da controladora	(551.949)	(404.695)
Baixa do ativo diferido	(1.518)	(2.877)
Ajuste no valor justo do saldo remanescente de investimento decorrente da manutenção do diferido na controladora	1.400	4.746
Ajuste na amortização do valor justo do saldo remanescente de investimento decorrente da manutenção do diferido na controladora	-	-
Equivalência sobre a baixa do diferido - controladas	-	(46)
Imposto de renda e contribuição social diferido	516	(2.368)
Total do patrimônio líquido do consolidado	(551.551)	(405.240)

4.2. Demonstração da reconciliação do prejuízo da controladora para o consolidado:

	31.12.18	31.12.17 (Representado)
Total do prejuízo da controladora	(147.254))	(601.536)
Baixa da amortização do ativo diferido da controladora e controladas	1.373	1.347
Ajuste na amortização do valor justo remanescente de investimento decorrente da manutenção do diferido na controladora		
Baixa da amortização do ativo diferido da controlada em conjunto avaliada ao método de equivalência patrimonial		80
Imposto de renda e contribuição social diferido	(429)	(463)
Total do prejuízo do consolidado	(146.311)	(600.572)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
Bancos conta movimento	22	1	631	551
Aplicações financeiras (a)	8.206		18.198	6.131
Total	8.228	1	18.829	6.682

(a) As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Referem-se a certificados de depósitos bancários (CDB), remunerados a 97,2% a 99,5% da variação do CDI e a fundos de investimento amplo, que obtiveram nos últimos doze meses, aproximadamente 5,01% e 5,99% de rendimento.

6. Aplicações financeiras vinculadas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
Controladora (a)e (b)	11.696	3.024		
Vínculo com período de repactuação da dívida (b)			43.761	110.406
Vínculo ambiental (c)			1.230	1.381
	11.696	3.024	44.991	111.787
Circulante	8.961	3.024	31.764	110.406
Não circulante	2.735		13.227	1.381

(a) Aplicações em CDB remuneradas entre 97,25% a 99,25% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, com liberação de recursos supervisionadas pela Caixa Econômica Federal, oriundos de recebimentos de dividendos.

(b) Referem-se a recursos que são liberados mensalmente pela Caixa Econômica Federal para trocas dos geradores durante o período de carência, sendo, R$19.263 em aplicações em CDB remuneradas entre 95,5% a 98% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, e R$24.498 em aplicações FIC Giro Empresa, com taxas de juros pós-fixadas e de baixo risco de crédito.

(c) Aplicações em CDB Flex remuneradas entre 94,2% a 99,5% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, com liberação de recursos supervisionada pela Fundação do Meio Ambiente - FATMA, conforme termo de compromisso de compensação ambiental, composto pelos parques Amparo Energia Eólica S.A., Aquibatã Energia Eólica S.A., Bom Jardim Energia Eólica S.A., Cascata Energia Eólica S.A., Campo Belo Energia Eólica S.A., Cruz Alta Energia Eólica S.A., Púlpito Energia Eólica S.A., Rio de Ouro Energia Eólica S.A., Santo Antônio Energia Eólica S.A. e Salto Energia Eólica S.A. assinado em 1º de junho de 2010.

7. Contas a receber

	Consolidado	
	31.12.18	31.12.17
Energia faturada – Ceará II (a)	23.939	4.587
Energia faturada – Morgado (b)	2.458	-
Energia faturada – Santa Catarina (b)	13.499	15.005
Total	39.895	19.592

(a) Venda de energia elétrica para a CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) relativa ao faturamento de dezembro de 2018, proveniente da Nova Eólica Cajucoco S.A., Nova Eólica Buriti S.A. e Nova Eólica Coqueiro S.A.

(b) Faturamento de energia de novembro e dezembro de 2018, quando a controlada passou a ser consolidada.

A seguir estão resumidos os tipos de contratos de fornecimento de energia que a Companhia possui:

Contrato de Proinfa (Centrais eólicas do Sul e Central Eólica Praia do Morgado)

Os parques eólicos da Companhia no Sul estão sendo desenvolvidos no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, criado em 2002, pelo governo brasileiro para criar os incentivos para o desenvolvimento de fontes alternativas de energia, como projetos de energia eólica, pequenas centrais hidrelétricas e projetos de biomassa, bem como a criação de novos empregos e treinamento para a força de trabalho brasileira e diminuir as emissões de carbono do país com a produção de energia.

Nos termos do PROINFA, a Eletrobrás, uma empresa estatal elétrica brasileira, comprará a eletricidade gerada pelos parques eólicos e repassará aos distribuidores. As tarifas sobre a venda de eletricidade serão calculadas em função do fator de carga da planta e será ajustado anualmente pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M).

De acordo com o contrato de compra e venda de energia firmado com a Eletrobrás, o faturamento da energia realizado mensalmente, é composto de duas parcelas: a energia contratada multiplicada pelo preço unitário e os ajustes de energia do ano anterior.

O parágrafo segundo da cláusula 14 do referido contrato, estabelece que a parcela do ajuste será calculada pela diferença entre o produto da energia gerada no ano anterior, referida ao centro de gravidade, pelo preço ajustado pela curva do fator de capacidade e o produto da contratada no ano anterior pelo preço unitário definido no contrato, rateada igualmente pelos 12 meses do ano subsequente.

Contrato de energia de Reserva – CER (Centrais eólicas CE II)

De acordo com o contrato de energia de reserva – CER, o valor a ser faturado mensalmente é calculado linearmente em relação à quantidade anual contratada, independente da quantidade de energia efetivamente disponibilizada.

A energia contratada é igual ao montante de energia associado ao leilão vencido pela Companhia. A partir do segundo quadriênio, a energia contratada será o valor médio anual do montante efetivamente produzido pela Companhia desde o primeiro quadriênio até o termino do quadriênio anterior, limitado ao montante de energia associado ao leilão vencido.

Conforme o CER, a apuração do saldo acumulado da energia (energia faturada e o montante efetivamente disponibilizado) será feita em dois processos, um ao final de cada ano contratual e outro ao final de cada quadriênio, sendo que no último ano de cada quadriênio, ambos processos serão realizados. período considerado e uma margem superior de até 30% (trinta por cento) acima do valor da energia contratada aplicável no mesmo período.

O saldo acumulado de energia, anualmente apurado, observará a faixa de tolerância a qual limita a geração a uma margem inferior de até 10% (dez por cento) abaixo do valor da energia contratada referente ao período considerado, e uma margem superior de até 30% (trinta por cento) acima do valor da energia contratada aplicável no mesmo período.

8. Ativos não circulantes mantido para vendas e operações descontinuadas

Os ativos das Centrais Eólicas do Ceará IV e das Centrais eólicas CE II, Nova Eólica Araras S.A., Nova Eólica Garças S.A., Nova Eólica Lagoa Seca S.A. e Nova Eólica Vento do Oeste S.A. são apresentados como mantidos para a venda, uma vez que em 2017 a Administração, como parte do plano de reestruturação, decidiu pela alienação dos mesmos por meio de venda e desde então vem evoluindo nas negociações. Dessa forma, considera que é altamente provável que se conclua a transação de venda até o final de maio 2019.

A Companhia tem envidado seus melhores esforços no último ano afim de realizar a venda desses ativos, com recebimento de proposta firme em 24 de janeiro de 2018. O contrato de compra e venda de ações desses ativos está em andamento com prazo para conclusão inicialmente previsto até 31 de outubro de 2018. Portanto, a Companhia entrou com novo pleito junto a ANEEL afim de conseguir novo prazo para realização da transferência dos referidos ativos, em decorrência da extensão do prazo para análise do processo de venda por parte do credor Caixa Econômica Federal das eólicas Nova Eólica Garças S.A., Nova Eólica Lagoa Seca S.A. e Nova Eólica Vento do Oeste S.A.. Dessa forma, a previsão de fechamento é até 12 de maio de 2019. Por esse motivo, a Companhia entende que mesmo excedendo a extensão do período durante o qual se exige que a venda seja concluída, não impede que o ativo seja classificado como mantido para venda, visto que o atraso foi causado por acontecimentos ou circunstâncias fora do controle da Companhia e ratifica que a Administração continua comprometida com o seu plano de venda do ativo.

(a) Itens do grupo de ativos mantidos para venda:

	31.12.18	31.12.17
Ativo imobilizado	180.292	184.012

(b) Passivos do grupo de ativos classificado como mantidos para venda:

	31.12.18	31.12.17
Ajuste de energia (i)	56.831	56.829
Penalidades contratuais – Rescisões contratuais (ii)	317.786	283.628
	374.616	340.457

(i) O despacho nº 4.831 de 16 de dezembro de 2014, emitido pela ANEEL, estabeleceu o dia 8 de abril de 2014 como data de início das operações de geração de energia dos parques Nova Eólica Araras S.A., Nova Eólica Vento do Oeste S.A., Nova Eólica Lagoa Seca S.A., e conforme descrito na nota explicativa nº 1, o parque Nova Eólica Garças S.A. deveria ter iniciado a sua operação de geração de energia em 10 de julho de 2013. Devido ao fato de estes parques ainda não estarem em operação comercial, foram provisionadas penalidades contratuais pelo não fornecimento de energia previstos nos contratos. Conforme Nota 13, em 2016 esses valores estavam provisionados na linha de "Contas a pagar".

Conforme descrito na nota explicativa nº 1, item (h), a Companhia provisionou penalidades contratuais pelo não fornecimento de energia previstos nos contratos das eólicas Nova Ventos de Santa Rosa Energias Renováveis S.A., Nova Ventos de Santo Inácio Energias Renováveis S.A., Nova Ventos de São Geraldo Energias Renováveis S.A. e Nova Ventos de São Sebastião Energias Renováveis S.A. Conforme Nota 13, em 2016 esses valores estavam provisionados na linha de "contas a pagar".

A composição do saldo das penalidades contratuais por parque eólico está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	31.12.18	31.12.17
Parques eólicos CE II		
Nova Eólica Araras S.A.	12.028	12.028
Nova Eólica Garças S.A.	17.361	17.361
Nova Eólica Lagoa Seca S.A.	8.155	8.155
Nova Eólica Vento do Oeste S.A.	7.288	7.286
Subtotal	44.832	44.830
Parques eólicos CE IV		
Nova Ventos de Santa Rosa Energias Renováveis S.A.	2.948	2.948
Nova Ventos de Santo Inácio Energias Renováveis S.A.	2.928	2.928
Nova Ventos de São Geraldo Energias Renováveis S.A.	3.183	3.183
Nova Ventos de São Sebastião Energias Renováveis S.A.	2.940	2.940
Subtotal	11.999	11.999
Total	56.831	56.829

(ii) Em 14 de setembro de 2016 a Companhia foi notificada pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, sobre a rescisão dos Contratos de uso do Sistema de Transmissão - CUST das controladas Nova Eólica Araras S.A., Nova Eólica Garças S.A., Nova Eólica Lagoa Seca S.A. e Nova Eólica Vento do Oeste S.A, sendo emitido cobrança de penalidade pela rescisão do referido contrato, equivalente ao valor de três anos de encargos.

Conforme Nota 13, em 2016 esses valores foram provisionados e estavam classificados como "contas a pagar".

Em 19 de setembro de 2017, a ANEEL emitiu as Resoluções Autorizativas de nº 6.636, 6.637, 6.638 e 6.639, referente a revogação da outorga dessas eólicas, a penalidade da revogação foi reconhecida pela Companhia.

A composição do saldo das obrigações por rescisões contratuais por parque eólico está demonstrada a seguir

	Consolidado	
	31.12.18	31.12.17
Parques eólicos CE II		
Nova Eólica Araras S.A.	55.949	49.124
Nova Eólica Garças S.A.	60.455	52.534
Nova Eólica Lagoa Seca S.A.	37.622	33.048
Nova Eólica Vento do Oeste S.A.	34.306	30.177
Subtotal	188.332	164.883
Parques eólicos CE IV		
Nova Ventos de Santa Rosa Energias Renováveis S.A.	32.000	29.369
Nova Ventos de Santo Inácio Energias Renováveis S.A.	31.84	29.251
Nova Ventos de São Geraldo Energias Renováveis S.A.	33.644	30.802
Nova Ventos de São Sebastião Energias Renováveis S.A.	31.946	29.323
Subtotal	129.454	118.745
Total	317.786	283.628

(c) A análise do resultado de operações descontinuadas:

	31.12.18	31.12.17
Ajuste de energia – Efeito no resultado de 2017	2	11.176
Penalidades contratuais – Rescisões contratuais / Efeito no resultado de 2017		159.270
Despesas financeiras e outras despesas	34.158	28.283
	34.159	198.729

9. Investimentos e provisão para perda de investimentos

Investimentos:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.18	31.12.17 (Representado Nota 2.3)	31.12.18	31.12.17
Participação societária	412.992	569.623	-	132.035

Informações das investidas (controladora):

	Ações ordinárias	Participação no capital integralizado - %		Patrimônio líquido (Passivo a Descoberto)		Lucro líquido (prejuízo) do exercício	
	(em milhares)	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
Centrais Eólicas do Sul:							
Amparo Energia Eólica S.A.	50.625	100	100	68.280	67.333	1.241	2.355
Aquibatã Energia Eólica S.A.	67.600	100	100	95.874	93.038	3.720	4.526
Bom Jardim Energia Eólica S.A.	68.805	100	100	11.433	(20.453)	31.887	(58.890)
Campo Belo Energia Eólica S.A.	23.350	100	100	25.139	28.495	(3.356)	260
Cascata Energia Eólica S.A.	11.524	100	100	2.305	3.800	(1.495)	(2.826)
Cruz Alta Energia Eólica S.A.	67.649	100	100	39.099	51.755	(12.655)	(12.017)
Púlpito Energia Eólica S.A.	59.457	100	100	(9.005)	(31.748)	22.743	(48.660)
Rio de Ouro Energia Eólica S.A.	65.218	100	100	21.946	(8.155)	30.101	(58.605)
Salto Energia Eólica S.A.	67.252	100	100	58.701	57.428	1.273	(3.477)
Santo Antônio Energia Eólica S.A.	6.568	100	100	715	(4.204)	4.919	(7.716)
				314.487	237.289	78.378	(185.050)
Centrais Eólicas do Ceará I:							
Central Eólica Praia do Morgado S.A.	52.960	100	51	26.291	54.313	(24.076)	(10.816)
Central Eólica Praias de Parajuru S.A. (*)	-	-	51	-	88.975	-	100
Central Eólica Volta do Rio S.A. (*)	-	-	51	-	115.695	-	(21.190)
				26.291	258.983	(24.076)	(31.906)
Centrais Eólicas do Ceará II:							
Central Eólica Quixaba S.A.	59.552	100	100	(28.503)	(30.757)	2.254	(44.210)
Nova Eólica Araras S.A.	49.550	100	100	(28.887)	(19.949)	(8.938)	(21.469)
Nova Eólica Buriti S.A.	53.222	100	100	17.336	32.055	(14.719)	(13.850)
Nova Eólica Cajucôco S.A.	50.568	100	100	(33.143)	4.592	(37.735)	(23.811)
Nova Eólica Coqueiro S.A.	42.371	100	100	27.740	39.987	(12.247)	(3.968)
Nova Eólica Garças S.A.	45.059	100	100	(99.821)	(73.878)	(25.943)	(35.758)
Nova Eólica Lagoa Seca S.A.	36.697	100	100	(53.125)	(37.734)	(15.391)	(24.603)
Nova Eólica Vento do Oeste S.A.	35.747	100	100	(50.075)	(33.907)	(16.168)	(23.199)
				(248.479)	(119.591)	(128.886)	(190.868)
Centrais Eólicas do Ceará IV:							
Nova Ventos de Santa Rosa Energias Renováveis S.A.	10	100	100	(35.126)	(32.477)	(2.649)	(32.152)
Nova Ventos de Santo Inácio Energias Renováveis S.A.	10	100	100	(34.861)	(32.246)	(2.615)	(31.988)
Nova Ventos de São Geraldo Energias Renováveis S.A.	10	100	100	(36.904)	(34.060)	(2.844)	(33.778)
Nova Ventos de São Sebastião Energias Renováveis S.A.	10	100	100	(34.962)	(32.337)	(2.626)	(32.071)
				(141.853)	(131.120)	(10.733)	(129.989)
Centrais Eólicas do Ceará V:							
Ventos de São Jerônimo Energias Renováveis S.A.	1.386	100	100	173	174	(1)	(1)
Ventos de Santa Adelaide Energias Renováveis S.A.	1.386	100	100	173	174	(1)	(1)
Ventos de São Bartolomeu Energias Renováveis S.A.	1.386	100	100	173	174	(1)	(1)
Ventos de São Bonifácio Energias Renováveis S.A.	1.386	100	100	174	175	(1)	(1)
				694	697	(4)	(4)
Projetos em Desenvolvimento:							
Central Eólica Lagoa dos Patos S.A.	10	100	100	(71)	(70)	(1)	(2)
Central Eólica Timbaú S.A.	10	100	100	(297)	(295)	(1)	(17)
				(368)	(365)	(3)	(19)

(*) As controladas em conjunto Central Eólica Praias de Parajuru S.A. e Central Eólica Volta do Rio S.A., foram alienadas em 20 de dezembro de 2018, conforme descrito na Nota 1. Nessa operação foi apurado um ganho de R$ 30.086. O qual foi reconhecido no resultado do exercício e está apresentado líquido da equivalência patrimonial apurada no período, na linha de "Resultado líquido de investimentos em controladas em conjunto" no montante de (R$ 12.357).

Movimentação dos investimentos (controladora):

	31.12.17							31.12.18						
	31.12.16	Amortização	Baixa	Resultado de equivalência patrimonial	Transferência	Dividendos	31.12.17	Resultado de equivalência patrimonial	Transferência	Adiantamento futuro aumento capital	Adição	Baixa	Dividendos	31.12.18
							(Reapresentado)							
Centrais Eólicas do Sul:														
Amparo Energia Eólica S.A.	65.527	-	-	2.355	-	(550)	67.331	1.241	-	-	-	-	(295)	68.279
Aquibatã Energia Eólica S.A.	89.568	-	-	4.526	-	(1.054)	93.039	3.720	-	-	-	-	(883)	95.875
Bom Jardim Energia Eólica S.A.	38.435	-	-	(58.890)	20.455	-	- 0	31.887	(20.455)	-	-	-	-	11.432
Campo Belo Energia Eólica S.A.	28.235	-	-	260	-	-	28.495	(3.356)	-	-	-	-	-	25.140
Cascata Energia Eólica S.A.	6.624	-	-	(2.826)	-	-	3.798	(1.495)	-	-	-	-	-	2.305
Cruz Alta Energia Eólica S.A.	63.772	-	-	(12.017)	-	-	51.755	(12.655)	-	-	-	-	-	39.099
Púlpito Energia Eólica S.A.	16.914	-	-	(48.660)	31.746	-	-	22.743	(22.743)	-	-	-	-	- 0
Rio de Ouro Energia Eólica S.A.	50.449	-	-	(58.605)	8.156	-	-	30.101	(8.156)	-	-	-	-	21.945
Salto Energia Eólica S.A.	60.905	-	-	(3.477)	-	-	57.428	1.273	-	-	-	-	-	58.701
Santo Antonio Energia Eólica S.A.	3.510	-	-	(7.716)	4.206	-	-	4.919	(4.206)	-	-	-	-	715
	423.937	-	-	(185.050)	64.563	(1.604)	301.844	78.378	(55.560)	-	-	-	(1.178)	323.491
Centrais Eólicas do Ceará I:														
Central Eólica Praia do Morgado S.A.	33.217	-	-	(5.516)	-	-	27.701	(18.933)	-	2.845	14.678	-	-	26.292
Central Eólica Praias de Parajuru S.A.	45.342	-	-	51	-	(12)	45.381	(5.500)	-	650	-	(40.531)	-	0
Central Eólica Volta do Rio S.A.	69.815	-	-	(10.807)	-	-	59.008	(26.613)	-	11.035	-	(43.430)	-	0
	148.374	-	-	(16.272)	-	(12)	132.090	(51.046)	-	14.531	14.678	(83.961)	-	26.292
Centrais Eólicas do Ceará II(b):														
Central Eólica Quixaba S.A.	13.452	-	-	(44.210)	30.757	-	- 0	2.254	(2.254)	-	-	-	-	- 0
Nova Eólica Araras S.A.	1.520	-	-	(21.469)	19.949	-	-	(8.938)	8.938	-	-	-	-	-
Nova Eólica Buriti S.A.	45.903	-	-	(13.850)	-	-	32.052	(14.719)	-	-	-	-	-	17.335
Nova Eólica Cajucêco S.A.	28.402	-	-	(23.811)	-	-	4.590	(37.735)	33.145	-	-	-	-	- 0
Nova Eólica Coqueiro S.A.	43.953	-	-	(3.968)	-	-	39.985	(12.247)	-	-	-	-	-	27.740
Nova Eólica Garças S.A.	-	-	-	(35.758)	35.758	-	-	(25.943)	25.943	-	-	-	-	-
Nova Eólica Lagoa Seca S.A.	-	-	-	(24.603)	24.603	-	-	(15.391)	15.391	-	-	-	-	-
Nova Eólica Vento do Oeste S.A.	-	-	-	(23.199)	23.199	-	-	(16.168)	16.168	-	-	-	-	-
	133.229	-	-	(190.868)	134.266	-	76.626	(128.886)	97.331	-	-	-	-	45.074

Centrais Eólicas do Ceará IV:														
Nova Ventos de Santa Rosa S.A.	-	-	-	(32.152)	32.152	-	-	(2.649)	2.649	-	-	-	-	-
Nova Ventos de Santo Inácio S.A.	-	-	-	(31.988)	31.988	-	-	(2.615)	2.615	-	-	-	-	-
Nova Ventos de São Geraldo S.A.	-	-	-	(33.778)	33.778	-	-	(2.844)	2.844	-	-	-	-	-
Nova Ventos de São Sebastião S.A.	-	-	-	(32.071)	32.071	-	-	(2.626)	2.626	-	-	-	-	-
	-	-	-	(129.989)	129.989	-	-	(10.733)	10.733	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas do Ceará V:														
Ventos de São Jerônimo S.A.	176	-	-	(1)	-	-	175	(1)	-	-	-	-	-	174
Ventos de Santa Adelaide S.A.	176	-	-	(1)	-	-	175	(1)	-	-	-	-	-	174
Ventos de São Bartolomeu S.A.	176	-	-	(1)	-	-	175	(1)	-	-	-	-	-	174
Ventos de São Bonifácio S.A.	177	-	-	(1)	-	-	176	(1)	-	-	-	-	-	174
	705	-	-	(4)	-	-	701	(5)	-	-	-	-	-	696
Projetos em Desenvolvimento:														
Central Eólica Lagoa dos Patos S.A.	1	-	-	(2)	2	-	1	(1)	1	-	-	-	-	-
Central Eólica Timbaú S.A.	-	-	-	(17)	17	-	-	(1)	1	-	-	-	-	-
	1	-	-	(19)	20	-	1	(3)	3	-	-	-	-	-
Direito de Exploração (a) e (b)	37.604	(2.919)	23.677				58.362					(40.924)		17.438
Total	743.847	(2.919)	23.677	(522.202)	328.838	(1.616)	569.622	(112.295)	52.507	14.531	14.678	(124.884)	(1.178)	412.992

(a) O valor de R$ 11.488 foi pago, no exercício de 2017, na aquisição de controlada em excesso ao valor do patrimônio líquido (livros) da Central Eólica Praias de Parajuru S.A., Central Eólica Volta do Rio S.A. e Central Eólica Praia de Morgado S.A., foi alocado como direito de exploração. Em 20 de dezembro de 2018 a Companhia baixou o saldo de R$ 8.130, referente ao percentual do ágio da Central Eólica Praias de Parajuru S.A. e Central Eólica Volta do Rio S.A., as mesmas foram transferidas para a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, decorrente da finalização do processo de arbitragem.

(b) Em 2010, a Companhia alienou 49% da sua participação nas controladas Central Eólica Praias de Parajuru S.A., Central Eólica Volta do Rio S.A. e Central Eólica Praia de Morgado S.A., que passaram, à partir daquele marco, à serem classificadas como controladas em conjunto. Nessa operação a Companhia perdeu o controle dessas investidas, e dessa forma, reconheceu um ganho de R$46.514 (controladora) e R$51.260 (consolidado - intangível) como resultado da mensuração ao valor justo de sua participação de 51% remanescente. Em 20 de dezembro de 2018 a Companhia baixou o saldo de R$ 32.794, referente ao percentual do ganho da Central Eólica Praias de Parajuru S.A. e Central Eólica Volta do Rio S.A. e incorporou 49% do valor de participação no valor de R$14.678, considerando que os referidos ativos foram negociados em 20 de dezembro de 2018 decorrente do processo de descruzamento pela Companhia com a CEMIG Geração e Transmissão S.A. pelo montante de R$ 140.292, em contrapartida a um valor de Investimento de R$157.273, dessa forma não houve reconhecimento de ágio.

Movimentação dos investimentos (consolidado):

	31.12.17				30.12.18					
	31.12.16	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos	31.12.17	Resultado de equivalência patrimonial	Adiantamento futuro aumento capital	Adição	Baixa	Eliminação consolidação controladora	31.12.18
Centrais Eólicas do Ceará I:										
Central Eólica Praia do Morgado S.A.	33.191	(5.498)	-	27.691	(18.923)	2.845	14.678	-	(26.292)	-
Central Eólica Praias de Parajuru S.A.	45.326	63	(12)	45.376	(5.495)	650	-	(40.531)	-	-
Central Eólica Volta do Rio S.A.	69.728	(10.758)	-	58.968	(26.574)	11.035	-	(43.430)	-	-
	148.245	(16.192)	(12)	132.035	(50.992)	14.531	14.678	(83.961)	(26.292)	-

Provisão para perda de investimentos:

	Controladora	
	31.12.18	31.12.17
Participação societária	444.780	392.271

Refere-se ao passivo a descoberto das controladas Nova Eólica Araras S.A., Nova Eólica Garças S.A., Nova Eólica Lagoa Seca S.A., Nova Eólica Vento do Oeste S.A., Central Eólica Quixaba S.A., Bom Jardim Energia Eólica S.A., Púlpito Energia Eólica S.A., Rio de Ouro Energia Eólica S.A., Santo Antônio Energia Eólica S.A., Centrais Eólicas do Ceará IV e Projetos em desenvolvimento.

Movimentação da provisão para perda de investimentos:

	01.01.17	Resultado de equivalência patrimonial	Transferência	31.12.17	Resultado de equivalência patrimonial	Transferência	31.12.18
Centrais Eólicas do Sul:							
Santo Antonio Energia Eolica S.A.	-	-	4.206	4.206	-	(4.206)	-
Pulpito Energia Eolica S.A.	-	-	31.746	31.746	(22.743)	-	9.003
Bom Jardim Energia Eolica S.A.	-	-	20.455	20.455	-	(20.455)	-
Rio de Ouro Energia Eolica S.A.	-	-	8.156	8.156	-	(8.156)	-
	-	-	64.563	64.563	(22.743)	(32.817)	9.003
Centrais Eólicas do Ceará II:							
Nova Eólica Araras	-	-	19.949	19.949	8.938	-	28.887
Nova Eólica Cajucoco	-	-	-	-	-	33.145	33.145
Nova Eólica Garças	38.120	35.758	-	73.878	25.943	-	99.821
Nova Eólica Lagoa Seca	13.129	24.603	-	37.732	15.391	-	53.124
Central Eólica Quixaba	-	-	30.757	30.757	(2.254)	-	28.504
Nova Eólica Vento do Oeste	10.713	23.199	-	33.912	16.168	-	50.080
	61.962	83.560	50.706	196.227	64.186	33.145	293.560
Centrais Eólicas do Ceará IV:							
Nova Ventos de Santa Rosa S.A.	324	32.152	-	32.476	2.649	-	35.126
Nova Ventos de Santo Inácio S.A.	257	31.988	-	32.245	2.615	-	34.860
Nova Ventos de São Geraldo S.A.	281	33.778	-	34.059	2.844	-	36.903
Nova Ventos de São Sebastião S.A.	265	32.071	-	32.336	2.626	-	34.961
	1.126	129.989	-	131.115	10.733	-	141.850
Projetos em Desenvolvimento:							
Central Eólica Lagoa dos Patos S.A.	68	2	-	70	1	-	71
Central Eólica Timbaú S.A	280	17	-	297	1	-	298
	347	19	-	366	3	-	368
Total	63.435	213.568	115.268	392.271	52.179	329	444.780

10. Imobilizado

					Controladora
		31.12.18			31.12.17
	Taxas anuais depreciação-%	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço:					
Móveis e utensílios	10	160	(79)	81	84
Computadores e periféricos	20	117	(79)	38	51
Máquinas e equipamentos	10	636	(559)	77	136
Benfeitorias em propriedades de terceiros	20	215	(153)	62	68
Total		1.128	(871)	257	339

					Consolidado
		31.12.18			31.12.17
	Taxas anuais depreciação-%	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço:					(Reapresentado - Nota 2.3)
Instalações	10	2.089	(76)	2.013	362
Móveis e utensílios	10	257	(117)	140	109
Computadores e periféricos	20	503	(256)	247	167
Máquinas e equipamentos	10	1.394	(840)	554	277
Ferramenta e acessórios	10	64	(23)	41	21
Benfeitorias em propriedades de terceiros	20	215	(153)	62	68
Peças sobressalentes	5	375	(13)	362	248
Aerogeradores	5	1.763.533	(550.164)	1.213.369	1.061.871
Obras Civis e Edificações	5	232.625	(77.864)	154.761	154.535
Linha de Transmissão	5	228.371	(73.042)	155.328	148.729
Imobilizado em andamento	5	-	-	-	-
Adiantamento a fornecedores		72.966	-	72.966	4.733
(-) Perda por desvalorização de ativos		(196.214)	-	(196.214)	(302.060)
Total		2.106.177	(702.548)	1.403.628	1.069.059

A movimentação dos saldos do ativo imobilizado está representada por:

Controladora:	01.01.2017	Adições	31.12.17	Adições	31.12.18
Custo:					
Móveis e utensílios	112	36	148	12	160
Computadores e periféricos	107	10	117	-	117
Máquinas e equipamentos	632	-	632	4	636
Benfeitorias em propriedades de terceiros	133	33	167	48	216
Subtotal	984	79	1.064	65	1.129
Depreciação acumulada	(589)	(135)	(725)	(147)	(872)
Total	395	(56)	339	(82)	257

Consolidado:	01.01.2017	Adições	Baixas	Reclassificações	31.12.17	Adição	Baixas/reversão	31.12.18
Em Serviço:								
Custo:								
Instalações		363			363	1.726		2.089
Móveis e utensílios	148	37			186	72		257
Computador e periféricos	308	15			322	189	(7)	504
Máquinas e equipamentos	791	24			814	579		1.394
Benfeitorias em bens de terceiros	133	33			167	48		215
Ferramentas e acessórios	27				28	39		67
Peças Sobressalentes		53	(19)	214	248	2.082	(1.955)	374
Aerogeradores (a)	1.303.628		172.144		1.475.772	287.761		1.763.533
Obras Civis e Edificações	215.137		(28)		215.109	17.511		232.619
Linha de Transmissão	206.609		(1.696)		204.913	23.457		228.371
Imobilizado em andamento (b)	183.144			(183.144)	(0)			-
Adiantamento a fornecedores (c)	3.819	4.532	(3.223)	(396)	4.733	87.714	(19.480)	72.966
(-) Perda por desvalorização de ativos (d)		(302.060)			(302.060)	(47.816)	153.662	(196.214)
Subtotal	1.913.744	(297.003)	167.178	(183.326)	1.600.594	373.362	132.219	2.106.175
Depreciação acumulada	(387.580)	(86.232)	(49.100)		(531.534)	(171.435)	423	(702.546)
Total	1.526.164	(383.235)	118.077	(183.326)	1.069.059	201.927	132.642	1.403.628

(a) Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia realizou a provisão da perda de 168 geradores nas eólicas do Sul, Ceará II e Central Eólica praia do Morgado, cujas condições de uso estão limitadas e já aguardam substituição.

Amortização

A amortização dos empreendimentos é registrada a partir do início de sua operação comercial, cujas datas, estão apresentadas na Nota 1. A Companhia e as controladas em conjunto utilizam o método linear para a amortização que considera o prazo da vida útil econômica máxima estimada para os principais componentes da infraestrutura (20 anos), sendo que mensalmente as apropriações são efetuadas com base na curva dos ventos.

(b) Conforme Nota 8, os ativos que compunham as Centrais eólicas pré-operacionais de CE II e CE IV, foram reclassificados em 2017 para o grupo de Ativo não circulante mantido para venda.

(c) Refere-se a saldo de adiantamento ao fornecedor Goldwind Internacional Holdings Lt. referente a fabricação dos geradores que estão sendo trocados nos complexos CE II e SC.

(d) Redução ao valor recuperável de ativos - "*impairment*"

A Administração da Companhia tem por prática a avaliação e o monitoramento periódico do desempenho futuro dos seus ativos. Neste contexto, e considerando o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, caso existam evidências claras de que a Companhia e suas controladas possuem ativos registrados por valor não recuperável, ou sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável no futuro, deverá haver o reconhecimento imediato da desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas.

As principais premissas utilizadas pela Administração para realização do último teste anual de recuperação dos ativos (imobilizado e intangível) realizados com referência aos saldos apresentados nas demonstrações do mês de dezembro de cada exercício estão listadas abaixo:

- Menor nível de unidade geradora de caixa: concessões detidas (autorização), analisadas individualmente, por parque eólico.
- Valor recuperável: os fluxos de caixa futuros foram projetados em reais (R$) em termos reais (desconsiderando efeitos da inflação nas projeções efetuadas), trazidos a valor presente por taxa de desconto real.
- Os contratos de venda de energia (PPAs) relacionados ao PROINFA garantem a venda de energia efetivamente gerada pelo preço contratado. O excedente de energia gerado em comparação com a energia de referência contratada é vendido pelo mesmo preço contratado. Caso a energia gerada seja inferior à quantidade de energia de referência contratada, essa diferença é ajustada pelo preço contratado e tratada como reembolso à Eletrobrás. Os contratos de venda de energia de reserva garantem o preço contratado para o excesso de energia até o limite de 30% do que ultrapassar o montante contratado e, após este limite, o valor de venda é equivalente a 70% do preço contratado. Se ocorrer geração inferior à contratada, o ajuste é tratado como reembolso à CCEE e calculado pelo preço contratado até o limite de 10% da insuficiência, a partir deste limite, o valor é apurado por tarifa equivalente a 115% do preço contratado.

- Os respectivos fluxos de caixa são estimados com base nos resultados operacionais, onde são considerados: a) o prazo de vida útil econômica máxima estimada para os principais componentes da infraestrutura (20 anos); b) os termos estabelecidos nas Resoluções Autorizativas Aneel para geração de energia; c) o preço e prazo de 20 anos estabelecidos nos PPAs negociados em leilão no âmbito do PROINFA e da Energia de Reserva; e d) o prazo de concessão de 35 anos. Para as Centrais Eólicas do Sul são considerados no cálculo, o preço de energia conforme PPAs, para o período de 15 anos e preço de liquidação no mercado livre para o período de 5 (cinco) anos.
- O crescimento da receita foi projetado levando-se em consideração a troca dos geradores no decorrer dos próximos 04 anos e a comercialização da energia no mercado livre de energia, após o término dos contratos de compra e venda de energia até o fim do prazo de concessão (35 anos).
- Foram considerados os dispêndios com as trocas e reparos dos geradores, os custos de operação e manutenção, os custos com os encargos regulatórios inerentes ao negócio, arrendamento
- de terras e seguros. Além dos custos, foram orçados gastos administrativos tais como: despesas com a estrutura administrativa incluindo gastos com pessoal, auditorias, consultorias e outros.
- Os impostos sobre a renda foram calculados com base no regime de tributação atualmente adotado pelas controladas – Lucro presumido.
- A taxa *WACC* considerada nas projeções foi em média 10%.
- Os saldos dos empréstimos e financiamentos foram projetados levando-se em consideração as negociações com a Caixa Econômica Federal, definidas no aditivo de repactuação da dívida firmado em 27 de abril de 2018, conforme Nota 28, tais como: incorporação das parcelas não pagas desde setembro de 2016 até a data de assinatura do aditivo; prazo de carência de 04 anos, com remuneração pela taxa SELIC sobre o valor das parcelas no período de carência, e o saldo devedor atualizado pelos encargos contratuais já previstos nos contratos.
- Os novos investimentos correspondem a troca dos geradores e aos serviços de melhorias que serão implementados para realização dessa trocas.

O valor recuperável estimado para cada UGC, bem como as perdas estimadas estão demonstrados a seguir:

UGC	Valor em uso	Valor recuperável	(Reconhecimento de *Impairment em 2018*)	(Reversão em 2018 de *Impairment reconhecido em 2017*)
Centrais Eólicas do Sul:				
Amparo Energia Eólica S.A.	92.059	115.186		
Aquibatã Energia Eólica S.A.	127.810	131.647		
Bom Jardim Energia Eólica S.A.	56.930	59.596		46.021
Campo Belo Energia Eólica S.A.	47.058	47.030		
Cascata Energia Eólica S.A.	22.364	23.752		991
Cruz Alta Energia Eólica S.A.	114.690	116.338		2.255
Púlpito Energia Eólica S.A.	57.367	65.019		35.876
Rio de Ouro Energia Eólica S.A.	46.818	52.171		43.214
Salto Energia Eólica S.A.	119.043	131.382		
Santo Antônio Energia Eólica S.A.	3.241	3.990		6.187
Central Eólica Praia do Morgado S.A.	137.441	201.379		
Centrais Eólicas do Ceará II:				
Central Eólica Quixaba S.A.	64.645	58.779	(5.866)	19.117
Nova Eólica Buriti S.A.	119.853	131.910		
Nova Eólica Cajucoco S.A.	119.261	98.920	(20.359)	
Nova Eólica Coqueiro S.A.	114.242	124.770		
Total			**(26.225)**	**153.662**

11. Intangível

	Controladora				
	31.12.18			31.12.17	
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Taxas anuais amortização
					%
Direito de exploração - Centrais Eólicas do Sul (a)	23.800	(8.615)	15.185	16.376	5
Informática – Software	369	(214)	154	189	5
Total	24.169	(8.829)	15.340	16.565	

	Consolidado				
	31.12.18			31.12.17	
	Custo	Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Taxas anuais amortização
					%
Estudos e Projetos	1.798	(835)	963		
Ganho na alienação de investimentos (b)	15.120		15.120	51.260	5
Direito de exploração:					
Centrais Eólicas do Ceará I (b)	3.718		3.718	8.502	5
Centrais Eólicas do Sul (a)	23.800	(8.615)	15.185	16.375	5
Informática – Software	707	(485)	222	189	5
Total	45.143	(9.934)	35.209	76.326	

(a) Refere-se principalmente ao instrumento de cessão e transferência integral à Companhia da titularidade e exploração do negócio e de todos os direitos e obrigações a ele inerentes, por intermédio das Sociedades de Propósito Específico - SPEs por ela constituídas e controladas (Santo Antonio Energia Eólica S.A., Salto Energia Eólica S.A., Púlpito Energia Eólica S.A., Cruz Alta Energia Eólica S.A., Cascata Energia Eólica S.A., Bom Jardim Energia Eólica S.A., Aquibatã Energia Eólica S.A., Rio de Ouro Energia Eólica S.A., Campo Belo Energia Eólica S.A. e Amparo Energia Eólica S.A.). O valor total dos instrumentos é de R$ 23.800, dos quais R$ 1.700 foram pagos antecipadamente pela Companhia às cedentes em 15 de novembro de 2005, o montante de R$ 5.638 foi liquidado no quarto trimestre de 2008, o montante de R$ 3.202 foi liquidado no ano 2009 e o saldo do principal remanescente de R$ 13.260 foi pago pelas controladas em 2010. Esses custos estão amortizados a partir da entrada em operação das Centrais Eólicas do Sul.

(b) Ver Nota 9.

A seguir apresentamos a movimentação do ativo intangível:

	Controladora						
	31.12.16	Adições	Baixas	31.12.17	Adições	Baixas	31.12.18
Centrais Eólicas do Sul	23.800			23.800			23.800
Informática - Software	409		(74)	335	34	-	369
Subtotal	24.209		(74)	24.135			24.169
Amortização acumulada	(6.334)	(1.268)	32	(7.570)	(1.259)	-	(8.829)
Total	17.875	(1.268)	(42)	16.565	(1.259)	-	15.340

	Consolidado						
	31.12.16	Adições	Baixas	31.12.17	Adições	Baixas	31.12.18
Custo			(a)	(Reapresentado)			
Estudos e projetos	0			0	1.798		1.798
Ganho na alienação de investimentos	51.260			51.260		(36.140)	15.120
Informática - software	665		(74)	591	117		708
Direito de operação:							
Centrais Eólicas do Ceará I	11.848			11.848		(8.130)	3.718
Centrais Eólicas do Sul	23.800			23.800			23.800
Subtotal	87.573		(74)	87.499	1.916	(44.270)	45.145
Amortização:							
Estudos e projetos	-	-	-	-	(835)	-	(835)
Ganho na alienação de investimentos	(18.584)	(2.563)	21.147	-	-	-	-
Informática - software	(356)	(46)	1	(401)	(1.276)	-	(1.677)
Centrais Eólicas do Ceará I (Direito de exploração)	(3.898)	(592)	1.144	(3.346)	-	3.346	(0)
Centrais Eólicas do Sul (Direito de exploração)	(6.234)	(1.190)	-	(7.424)	-	-	(7.424)
Subtotal	(29.072)	(4.391)	1	(11.171)	(2.110)	3.346	(9.935)
Total líquido	58.501	(4.391)	(73)	76.326	(195)	(40.924)	35.209

12. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de contas a pagar aos fornecedores é de R$ 440 na controladora e R$ 58.628 no consolidado (R$ 681 na controladora e R$ 17.953 no consolidado em 31 de dezembro de 2017), refere-se ao saldo a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano.

13. Contas a pagar

	Consolidado	
	31.12.18	31.12.17
Desconto REIDI (a)	5.585	5.041
Ajuste de energia (b)	299.649	212.650
Total	305.236	217.691
Circulante	262.209	186.348
Não circulante	43.027	31.345
Total	305.236	217.693

(a) Provisões dos descontos de tarifa a ser efetuada pela Eletrobrás decorrente do benefício auferido pelos Parques Eólicos do Sul e Central Eólica Praia do Morgado S.A durante o período de construção dos parques eólicos, conforme estabelecido pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, regulamentada pelo Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, que instituiu o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI. A liquidação deste saldo está sendo realizada conforme período de vigência do contrato de venda de energia. A composição do saldo, por parque eólico, está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	31.12.18	31.12.17
Desconto REIDI:		
Central Eólica Praia do Morgado S.A.	910	-
Amparo Energia Eólica S.A.	454	489
Aquibatã Energia Eólica S.A.	831	896
Bom Jardim Energia Eólica S.A.	535	577
Campo Belo Energia Eólica S.A.	214	230
Cascata Energia Eólica S.A.	178	192
Cruz Alta Energia Eólica S.A.	654	705
Púlpito Energia Eólica S.A.	651	702
Rio de Ouro Energia Eólica S.A.	570	616
Salto Energia Eólica S.A.	590	635
Total	5.585	5.041

(b) Somatório das diferenças mensais apuradas durante o período de operação entre a energia gerada e a energia contratada que será compensada nos pagamentos do exercício subsequente, no caso dos contratos PROINFA, Parques Eólicos do Sul e Central Eolica Praia do Morgado S.A, no valor de R$ 212.615 (R$ 163.846, em 31 de dezembro de 2018). No caso do Contrato de Energia de Reserva, Parques Eólicos de CE II, essa diferença é apurada de duas formas: dentro da faixa de tolerância e fora da faixa de tolerância. A energia apurada dentro da faixa de tolerância será compensada no quadriênio, e a energia apurada fora da faixa de tolerância será compensada no mês posterior ao fechamento anual do contrato, a contar a partir da data de entrada em operação. Até 31 de dezembro de 2018, os parques de Ceará II, Nova Eólica Buriti S.A., Nova Eólica Coqueiro S.A., Nova Eólica Cajucôco S.A. e Central Eólica Quixaba S.A., incorreram em perdas decorrentes de geração de energia a menor no valor total de R$ 87.035 (R$ 48.803, em 31 de dezembro de 2017).

O despacho no 4.831, de 16 de dezembro de 2014, emitido pela ANEEL, estabeleceu o dia 8 de abril de 2014, como data de início das operações de geração de energia dos parques Nova Eólica Araras S.A., Nova Eólica Vento do Oeste S.A., Nova Eólica Lagoa Seca S.A., e conforme descrito na nota explicativa nº 1, o parque Nova Eólica Garças S.A. deveria ter iniciado a sua operação de geração de energia em 10 de julho de 2013, devido estes parques ainda não estarem em operação comercial, foram provisionadas penalidades contratuais pelo não fornecimento de energia previstos nos contratos, no montante de R$ 44.831, em 31 de dezembro de 2016. Conforme Nota 8, em 2017 esses valores continuam provisionados, porém foram reclassificados para a linha de Passivos relacionados a ativo não circulante mantido para venda, dado que os referidos empreendimentos estão em fase de negociação para venda.

Conforme descrito na nota explicativa nº 1, item (h), a Companhia provisionou penalidades contratuais pelo não fornecimento de energia previstos nos contratos das eólicas Nova Ventos de Santa Rosa Energias Renováveis S.A., Nova Ventos de Santo Inácio Energias Renováveis S.A., Nova Ventos de São Geraldo Energias Renováveis S.A. e Nova Ventos de São Sebastião Energias Renováveis S.A., no montante de R$ 822, em 31 de dezembro de 2016. Conforme Nota 8, em 2017 esses valores continuam provisionados, porém foram reclassificados para a linha de Passivos relacionados a ativo não circulante mantido para venda, dado que os referidos empreendimentos estão em fase de negociação para venda.

A composição do saldo por parque eólico, está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	31.12.17	31.12.17
Parques eólicos do Sul		
Amparo Energia Eólica S.A.	12.502	5.790
Aquibatã Energia Eólica S.A.	16.471	9.015
Bom Jardim Energia Eólica S.A.	31.206	28.382
Campo Belo Energia Eólica S.A.	8.974	4.677
Cascata Energia Eólica S.A.	5.801	4.432
Cruz Alta Energia Eólica S.A.	33.780	26.469
Púlpito Energia Eólica S.A.	33.037	31.401
Rio de Ouro Energia Eólica S.A.	32.148	29.477
Salto Energia Eólica S.A.	22.155	21.987
Santo Antônio Eólica S.A.	2.217	2.217
Subtotal	198.343	163.847
Parques eólicos CE II		
Central Eólica Quixaba S.A.	19.248	17.265
Nova Eólica Buriti S.A.	23.438	11.537
Nova Eólica Coqueiro S.A.	19.294	2.513
Nova Eólica Cajucôco S.A.	25.055	17.488
Nova Eólica Araras S.A.		
Nova Eólica Garças S.A.		
Nova Eólica Lagoa Seca S.A.		
Nova Eólica Vento do Oeste S.A.		
Subtotal	87.035	48.803
Central Eolica Praia do Morgado S.A	14.272	-
Total	299.649	212.650

14. Empréstimos e financiamentos

Instituição financeira	Empreendimento	Controladora 31.12.18	Controladora 31.12.17	Consolidado 31.12.18	Consolidado 31.12.17
CEF	Energimp S.A. (a)	483.227	443.986	483.227	443.986
BNDES	Amparo Energia Eólica S.A. (b) e (d)	-	-	42.876	40.786
BNDES	Aquibatã Energia Eólica S.A. (b) e (d)	-	-	56.178	53.204
BNDES	Bom Jardim Energia Eólica S.A. (b) e (d)	-	-	52.910	50.418
BNDES	Campo Belo Energia Eólica S.A (b) e (d)	-	-	20.170	19.153
BNDES	Cascata Energia Eólica S.A. (b) e (d)	-	-	12.908	12.189
BNDES	Cruz Alta Energia Eólica S.A. (b) e (d)	-	-	57.382	53.220
BNDES	Púlpito Energia Eólica S.A. (b) e (d)	-	-	56.448	53.634
BNDES	Rio de Ouro Energia Eólica S.A. (b) e (d)	-	-	49.983	47.642
BNDES	Salto Energia Eólica S.A. (b) e (d)	-	-	56.071	53.241
BNDES	Santo Antônio Energia Eólica S.A. (b) e (d)	-	-	5.493	5.226
BNDES	Central Eólica Praia do Morgado S.A (c) e (d)	-	-	73.512	55.881
BNDES	Central Eólica Quixaba S.A (c) e (d)	-	-	61.296	55.881
BNDES	Nova Eólica Buriti S.A (c) e (d)	-	-	66.185	61.382
BNDES	Nova Eólica Cajucoco S.A (c) e (d)	-	-	79.639	73.013
BNDES	Nova Eólica Coqueiro S.A (c) e (d)	-	-	55.530	51.822
BNDES	Nova Eólica Garças S.A (c)	-	-	131.866	118.587
BNDES	Nova Eólica Lagoa Seca S.A (c)	-	-	83.738	80.464
BNDES	Nova Eólica Vento do Oeste S.A (c)	-	-	93.724	84.027
	Total	483.227	443.986	1.545.138	1.357.875

Por instituição:	Controladora 31.12.18	Controladora 31.12.17	Consolidado 31.12.18	Consolidado 31.12.17
CEF	483.227	443.986	315.329	443.986
BNDES	-	-	1.229.809	913.889
Total	483.227	443.986	1.545.138	1.357.875

(a) Em 15 de outubro de 2013, a Companhia firmou contrato com a Caixa Econômica Federal a uma taxa de juros de 4% a.a., e sobre o principal tem-se incidência do CDI. O prazo de amortização é de 120 meses, sendo 36 meses de carência sem pagamento de juros, 84 meses de pagamento de juros trimestrais e 7 parcelas anuais de amortização de principal acrescido dos juros. O total do recurso do contrato foi de R$ 235.400 e já foi totalmente liberado.

O contrato poderá ser declarado antecipadamente vencido no caso de ocorrer uma das seguintes situações: infringência de qualquer obrigação cedular, ingresso em regime de recuperação judicial ou tiver declarada a sua falência, ou liquidação extrajudicial, existência de débitos trabalhistas ou previdenciário, falsidade de qualquer declaração, transferência ou cessão a terceiros , não efetivação dos registros cartorários, gerar danos ao meio ambiente, descumprimento de qualquer clausula do contrato de suporte de acionistas, inadimplência em qualquer outra operação de crédito contratada junto a CEF e a Wind Power Energia S.A. ("WPE"), na figura de anuente tem o compromisso de manter a prestação de serviços de operação e manutenção dos empreendimentos dos Parques Eólicos do Sul e de Ceará II pelo prazo mínimo de 36 meses contados da data de assinatura do contrato.

Devido ao processo de recuperação judicial da Wind Power Energia S.A., os contratos de operação e manutenção foram rescindidos e a Companhia tem mantido o saldo no passivo não circulante desde o exercício findo em 2016. A partir da rescisão desses contratos, a Companhia assumiu a operação e manutenção dos aerogeradores, contratando equipe própria. Os contratos rescindidos, não previam ônus rescisórios para a Companhia nas circunstâncias em que ocorreu o processo.

(b) Recursos liberados em 2010, relacionados às operações de empréstimos obtidos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, tendo como agente financeiro da operação a Caixa Econômica Federal. Sobre o principal da dívida incidem juros calculados de 4,5% ao ano sobre a parcela destinada à aquisição de máquinas e equipamentos nacionais e de 3,6% ao ano mais TJLP sobre a parcela destinada à implantação das Centrais Eólicas e respectivos sistemas de transmissão. Esses encargos são pagáveis com o principal no período de amortização, com início previsto em 15 de agosto de 2011 e vencimento final em 2019 (168 parcelas).

(c) Recursos liberados em 2011, relacionados às operações de empréstimos obtidos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Sobre o principal da dívida incidem juros calculados de 5,5% ao ano sobre a parcela destinada à aquisição de máquinas e equipamentos nacionais e de 3% ao ano mais TJLP sobre a parcela destinada à implantação das Centrais Eólicas e respectivos sistemas de transmissão. Esses encargos são pagáveis com o principal no período de amortização, com início previsto em 28 de fevereiro de 2013 e vencimento final em 2021 (99 parcelas) para a primeira linha de financiamento e vencimento final em 2029 (192 parcelas) para a segunda linha de financiamento. O BNDES poderá declarar antecipadamente vencido o contrato no caso de ocorrer uma das seguintes situações: inadimplemento, aplicação dos recursos em finalidade diversa da prevista, ocorrência de procedimento judicial, redução do quadro de pessoal, extinção da autorização da ANEEL para exploração dos empreendimentos, descumprimento de quaisquer obrigações constantes do contrato, o controle efetivo, direto ou indireto, sofrer alterações após a contratação, sem prévia autorização, fusão, cisão, dissolução e/ou incorporação sem prévia autorização e qualquer alteração no objeto social.

(d) Em 13 de janeiro de 2017 foi concedida à Companhia um período de suspensão das cobranças das amortizações dos contratos de financiamentos desses parques pela Caixa Econômica Federal, do período de 15 de novembro de 2016 a 31 de outubro de 2017. Essa suspensão havia sido pleiteada com o objetivo de proporcionar a Companhia uma folga financeira e tempo para negociação com o Banco a fim de conseguir a repactuação da dívida. Em 12 de dezembro de 2017, a Caixa Econômica Federal aprovou o pleito da Companhia de renegociação dos empréstimos de longo prazo e da operação de médio prazo.

Em 26 de abril de 2018, a Companhia firmou o aditivo de repactuação das dívidas com a Caixa Econômica Federal, com as seguintes características para as eólicas Nova Eólica Buriti S.A., Nova Eólica Cajucoco S.A., Nova Eólica Coqueiro S.A., Central Eólica Quixaba S.A., Bom Jardim Energia Eólica S.A., Púlpito Energia Eólica S.A. Santo Antônio Energia Eólica S.A., Amparo Energia Eólica S.A., Aquibatã Energia Eólica S.A., Rio do Ouro Energia Eólica S.A., Cascata Energia Eólica S.A., Cruz Alta Energia Eólica S.A., Campo Belo Energia Eólica S.A. e Salto Energia Eólica S.A.:

- incorporação das parcelas em aberto de setembro de 2016 até a assinatura do aditivo;
- período de carência intermitente de 04 anos;
- remuneração das parcelas do período de carência remunerados pela taxa SELIC;
- saldo devedor capitalizado pelos juros contratuais;
- extinção dos *covenants* financeiros, e
- entrega de relatório mensal de acompanhamento dos empreendimentos.

A modificação dos termos contratuais desse empréstimo não se qualificou como uma liquidação do empréstimo anterior e, por isso, A Companhia reconheceu os efeitos decorrentes desta renegociação imediatamente no resultado do exercício, conforme determina o IFRS 9/CPC 48.

Em 27 de abril de 2018, foram firmados entre Caixa Econômica Federal e Energimp, os aditivos ao Empréstimo de Médio Prazo com as seguintes características:

- período de carência intermitente de 04 anos;
- redução do spread da linha de financiamento de médio prazo das Cédulas de Crédito Bancário celebradas em out/2013 de CDI + 4% para 60% do CDI com pagamento dentro do prazo dos contratos de compra e venda de energia celebrados.

A TJLP é usada para corrigir empréstimos concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Em 1º de abril de 2018, o Conselho Monetário Nacional (CMN) reduziu para 6,60% ao ano a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) com vigor a partir do segundo trimestre de 2018 e foi mantida até junho de 2018.

Estão previstos nos contratos as seguintes garantias:

- fiança solidária a ser concedida pelo prestador de garantia, a Companhia;
- alienação fiduciária de todas as máquinas e equipamentos;
- cessão fiduciária de direitos creditórios dos valores depositados ou que venham a ser depositados na conta centralizadora beneficiária, na conta centralizadora Energimp, na conta de reserva de recomposição de perdas e dos recursos decorrentes de sinistros cobertos por seguros;
- cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes de contratos de comercialização de energia;
- penhor dos direitos emergentes da autorização da ANEEL;
- seguros de engenharia, garantia ("completion Bond"), patrimoniais, de responsabilidade civil e de lucros cessantes; e
- penhor de 100% das ações da controlada.

Os contratos impõem limites à habilidade da Companhia e suas controladas para:

- Assumir novas dívidas.
- Alienação de bens do ativo permanente.
- Cumprir com determinados índices de liquidez e estrutura de capital.
- Incorrer ou permitir gravames sobre os seus ativos para garantir as dívidas.
- Incorporação por absorção e/ou consolidação.

Na hipótese de descumprimento destas cláusulas, inadimplemento e modificação de projeto sem a anuência do BNDES, a Companhia poderá ter o vencimento da dívida antecipado.

Movimentação - Controladora:	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	381.958		381.958
Encargos financeiros:			
No resultado	62.028		62.028
Saldos em 31 de dezembro de 2017	443.986		443.986
Encargos financeiros:			
No resultado	-	39.241	39.241
Transferência para o Não Circulante	(443.986)	443.986	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	483.227	483.227

Movimentação - Consolidado:	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.200.824		1.200.824
Pagamentos:			
Principal	(2.589)		(2.589)
Juros	(2.439)		(2.439)
Encargos financeiros			-
No resultado	161.077		161.077
Amortização do custo de transação	1.002		1.002
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.357.875		1.357.875
Captações			
Transferência	-	77.298	77.298
Pagamentos:			
Principal	-	(9.416)	(9.416)
Juros	-	(932)	(932)
Encargos financeiros			-
No resultado	32.062	91.869	123.931
Transferência para o não Circulante	(1.074.797)	1.074.797	-
Amortização do custo de transação	189	(3.806)	(3.617)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	315.329	1.229.810	1.545.138

15. Partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
Ativo circulante (dividendos a receber):				
Central Eólica Praias de Parajuru S.A. (g)	435	435	435	435
Total	435	435	435	435
Ativo não circulante (dividendos):				
Amparo Energia Eólica S.A. (g)	3.476	3.181		
Aquibatã Energia Eólica S.A. (g)	7.631	6.748		
Campo Belo Energia Eólica S.A. (g)	805	805		
Cruz Alta Energia Eólica S.A. (g)	1.440	1.440		
Rio de Ouro Energia Eólica S.A. (g)	681	681		
Salto Energia Eólica S.A. (g)	1.583	1.583		
Santo Antonio Energia Eólica S.A. (g)	32	32		
Nova Eólica Buriti S.A. (g)	251	251		
Nova Eólica Cajucôco S.A. (g)	739	739		
Nova Eólica Coqueiro S.A. (g)	722	722		
Total	17.360	16.182		

	Controladora		Consolidado	
	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
Ativo não circulante:				
Central Eólica Lagoa dos Patos. (e)	71	71		
Central Eólica Timbaú. (e)	181	181		
Central Eólica Quixaba S.A. (e)	34.632	8.603		
Central Eólica Praias de Parajuru S.A.		71		81
Central Eólica Praia do Morgado S.A.	26.084	71		100
Central Eólica Volta do Rio S.A.		103		118
Amparo Energia Eólica S.A. (e)				
Aquibatã Energia Eólica S.A. (e)				
Bom Jardim Energia Eólica S.A. (e)	6.010	5.981		
Cascata Energia Eólica S.A. (e)	5.337	156		
Cruz Alta Energia Eólica S.A. (e)				
Púlpito Energia Eólica S.A. (e)	14.088	12.797		
Rio do Ouro Energia Eólica S.A. (e)				
Salto Energia Eólica S.A. (e)				
Santo Antonio Energia Eólica S.A.	1.701	125		
Nova Eólica Araras S.A. (e)	16.583	17.011		
Nova Eólica Buriti S.A. (e)	16.205	29.505		
Nova Eólica Cajucôco S.A. (e)	32.083	24.904		
Nova Eólica Coqueiro S.A. (e)	16.081	31.412		
Nova Eólica Garças S.A. (e)	42.325	39.660		
Nova Eólica Lagoa Seca S.A. (e)	6.940	5.119		
Nova Eólica Vento do Oeste S.A. (e)	6.717	9.316		
Nova Ventos de Santa Rosa S.A. (e)	558	534		
Nova Ventos de Santo Inácio S.A. (e)	438	436		
Nova Ventos de São Geraldo S.A. (e)	439	437		
Nova Ventos de São Sebastião S.A. (e)	537	535		
Ventos de São Jeronimo Energias Renováveis S.A. (e)				
Ventos de Santa Adelaide Energias Renováveis S.A. (e)				
Ventos de São Bartolomeu Energias Renováveis S.A. (e)				
Ventos de São Bonifácio Energias Renováveis S.A. (e)				
Wind Power Energia S.A. (i)				
Wind Power Energia S.A. (h)	31.734	24.726	263.864	256.856
Inverall Construções e Bens de Capital Ltda.	82	82	84	84
Total	258.828	211.835	263.948	257.239

	Controladora		Consolidado	
	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
Passivo circulante:				
Wind Power Energia S.A. (c)	106.814	95.106	106.814	95.106
CEMIG Geração e Transmissão S.A. (a)		89.926		89.926
WPE Serviços				
Inverall Construções e Bens de Capital Ltda.				
Total	106.814	185.032	106.814	185.032
Passivo não circulante:				
Amparo Energia Eólica S.A. (b)	28.274	19.677		
Aquibatã Energia Eólica S.A. (b)	50.847	23.242		
Campo Belo Energia Eólica S.A. (b)	3.661	627		
Cruz Alta Energia Eólica S.A. (b)	3.546	12.384		
Salto Energia Eólica S.A (b)	25.196	14.403		
Rio de Ouro Energimp Eólica S.A. (b)	11.847	5.648		
Inverall Construções e Bens de Capital Ltda. S.A. (e)	1.416	1.416	2.647	2.647
Wind Power Energia S.A. S.A. (e)	368	368	29.002	29.002
Central Eólica Volta do Rio S.A. (d)				533
Ventos de São Jeronimo Energias Renováveis S.A. (d)	167	170		
Ventos de Santa Adelaide Energias Renováveis S.A. (d)	167	169		
Ventos de São Bartolomeu Energias Renováveis S.A. (d)	167	170		
Ventos de São Bonifácio Energias Renováveis S.A. (d)	168	170		
Impsa - Ind. Metalúrgicas Pescarmona (f)	7.533	6.431	7.533	6.431
Total	133.359	84.875	39.181	38.612

	Controladora		Consolidado	
Receita financeira	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
Amparo Energia Eólica S.A. (d)		2		
Aquibatã Energia Eólica S.A. (d)		16		
Bom Jardim Energia Eólica S.A. (d)		5		
Campo Belo Energia Eólica S.A. (d)				
Cascata Energia Eólica S.A. (d)		1		
Cruz Alta Energia Eólica S.A. (d)		2		
Púlpito Energia Eólica S.A. (d)		4		
Rio do Ouro Energia Eólica S.A. (d)		3		
Salto Energia Eólica S.A. (d)		3		
Santo Antonio Energia Eólica S.A (d)				
Nova Eólica Buriti S.A.				
Impsa - Ind. Metalúrgicas Pescarmona (f)		1.071		1.071
Total		1.107		1.071

	Controladora		Consolidado	
	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
Despesa financeira:				
Ventos de São Jeronimo Energias Renováveis S/A. (d)		(1)		
Ventos de Santa Adelaide Energias Renováveis S/A. (d)		(1)		
Ventos de São Bartolomeu Energias Renováveis S/A. (d)		(1)		
Ventos de São Bonifácio Energias Renováveis S/A. (d)		(1)		
Impsa - Ind. Metalúrgicas Pescarmona (f)	(1.102)	-	(1.102)	
Wind Power Energia S.A. (c)	(6.980)	(6.980)	(6.980)	(6.980)
Total	(8.082)	(6.984)	(8.082)	(6.980)

(a) Saldo decorrente do passivo contingente com a CEMIG Geração e Transmissão S.A. (CEMIG), referente a um Processo de Arbitragem iniciado em 2013 na Câmara de Arbitragem da BOVESPA, a fim de resolver o conflito entre as partes referente ao Ajuste de Preço previsto no Contrato de Compra e Venda de Ações firmado em 2009, referente as eólicas Central Eólica Praia do Morgado S.A., Central Eólica Praias de Parajuru S.A. e Central Eólica Volta do Rio S.A. A Companhia detém 51% das ações dessas empresas e os 49% pertencem ao acionista CEMIG. Em 30 de maio de 2017, foi emitida a sentença final desse processo a favor da CEMIG, e como meio de quitação da sentença arbitral proferida, as partes iniciaram o processo de descruzamento de ações, onde 100% das ações das Eólicas Central Eólica Praias de Parajuru S.A. e Central Eólica Volta do Rio S.A. passarão a pertencer a CEMIG e 100% das ações da Central Eólica Praia do Morgado S.A. passarão a pertencer à Energimp. A conclusão desse processo ocorreu em 20 de dezembro 2018, onde se deu a quitação do saldo a pagar e houveram as transferências da ações da Central Eólica Praia do Morgado S.A., Central Eólica Praias de Parajuru S.A. e Central Eólica Volta do Rio S.A., conforme citado.

(b) Saldo devedor da Companhia com as Centrais Eólicas do Sul (Santa Catarina) decorrente do instrumento de cessão e transferência do direito de exploração dessas controladas.

(c) Na Controladora, refere-se a contratos de mútuo celebrado entre a Companhia e sua controladora Wind Power Energia S.A. em 19 de dezembro de 2011, remunerados à taxa de 16,78% a 17,75% a.a. No Consolidado, refere-se basicamente a contrato de fornecimento de equipamentos e serviços para construção de aerogeradores com a Wind Power Energia S.A. para as Centrais Eólicas do Sul e para as Centrais Eólicas do Ceará II.

(d) Contratos de mútuos celebrados entre a Companhia e empresas ligadas, remunerados à taxas de 2% a 6% a.a., devidamente quitados no primeiro semestre de 2017.

(e) Saldos devedores e credores da Companhia com os parques eólicos e empresas ligadas decorrente de pagamentos de despesas diversas.

(f) Saldo devedor da Companhia com a Impsa – Ind. Metalúrgicas Pescarmona decorrente de pagamento de despesas diversas.

(g) Saldos de dividendos propostos das controladas, oriundo dos resultados do exercício de 2014 a 2018.

(h) Processos trabalhistas classificados como de perda provável, movidos contra a Wind Power Energia S.A., provisionados pela Companhia em função da mesma ter sido citada nos processos como responsável subsidiária. Ver nota explicativa nº 31.

(i) Saldos credores dos parques eólicos com a Wind Power Energia S.A. decorrente de pagamentos de despesas diversas.

Remuneração da administração

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os honorários dos administradores, no consolidado, foram apropriados ao resultado, na rubrica "Despesas gerais e administrativas", no montante total de R$ 1.618 (R$ 1.390 em 31 de dezembro de 2017).

16. Impostos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
IRPJ a Recolher			238	2.456
CSLL a Recolher	2		216	1.214
COFINS a Recolher			174	2.093
PIS a Recolher			557	453
Outros	32	19	16.374	103
Total	34	19	17.559	6.319

17. Adiantamento para futuro aumento de capital

Compreendem aportes de capital realizadas pela Wind Power Energia S.A. na Companhia a título de adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R$ 98.833 e não são classificados como instrumento de patrimônio em virtude de não haver, por parte dos acionistas, definição se os aportes serão integralizados.

18. Patrimônio líquido / Passivo à descoberto

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R$ 608.390, composto por 1.023.193.391 ações ordinárias nominativas, não conversíveis em outras formas, sem valor nominal.

O controle da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 é composto da seguinte forma:

	Quantidade de ações	%
Acionista:		
Wind Power Energia S.A.	562.756.365	55
Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS	460.437.026	45
Total	1.023.193.391	100

b) Reservas de capital e ágio na subscrição de ações

Refere-se a ágio na subscrição de ações realizada pelo acionista Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS em 8 de abril de 2010, quando integralizou R$ 235.114 de ágio na subscrição de ações. Esse valor será mantido na rubrica "Reserva de capital" até sua capitalização e capitalizado na proporção representativa do capital de cada acionista. Conforme Lei nº 6.404/76 referida reserva vem sendo utilizada para absorção dos prejuízos acumulados da Companhia.

c) Reservas de lucros (Controladora)

O Estatuto Social da Companhia prevê que, do lucro líquido do exercício, 5% serão aplicados à reserva legal, até o limite de 20% do capital, e, após essa destinação, o saldo remanescente, sem limite estabelecido, terá a aplicação que a Assembleia Geral definir.

19. Compromissos

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas negociaram contratos de arrendamento de terras, compostos da seguinte forma:

	Aerogeradores	Área (ha)	Prazo	Pagamento fixo mensal Em reais	Pagamento variável mensal	Índices reajuste
Centrais Eólicas do Sul (a)	148	10.265	25 anos	R$3.500 e R$7.500	N/A	IGP-M
Centrais Eólicas do Ceará I	66	1.069	20 a 25 anos	N/A	1,5% a 2,0% do faturamento	IGP-M
Centrais Eólicas do Ceará II (b)	141	2.605	25 a 28 anos	R$1.700 a R$20.000	- 1,1 a 1,3% do faturamento (fator de capacidade abaixo de 45%) - 1,3% a 153% do faturamento (fator de capacidade superior a 45%)	IPCA

(a) Será efetuado o pagamento fixo mensal de R$ 3,5 por aerogerador até a data da entrada em operação e R$ 7,5 por aerogerador após a data da entrada em operação. Os valores são corrigidos pela variação do IGPM.

(b) Durante a vigência inicial não é devida nenhuma remuneração. Caso o período de vigência inicial seja prorrogado, será devido de R$ 1,7 a R$ 20 mensais após o 36º mês. Após o início da operação, a remuneração será de 0,9% do faturamento bruto quando o fator de capacidade de produção de energia estiver entre 35% e 45%. Caso o fator de capacidade de produção de energia for superior a 45%, a remuneração será de 1,3% sobre o faturamento bruto.

20. Imposto de renda e contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são provenientes das diferenças temporárias no reconhecimento de receitas e despesas para fins contábeis e fiscais e foram registrados considerando a sua expectativa de realização.

A Companhia possui em 31 de dezembro de 2018, prejuízos fiscais de R$ 471.514 e bases negativas de contribuição social de R$ 476.086. Devido à incerteza de lucros futuros tributáveis, a Administração decidiu não constituir o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre os créditos fiscais.

As controladas da Companhia apuram os referidos impostos pelo regime de lucro presumido e por este motivo não possuem saldos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social.

Nas controladas da Companhia, o imposto de renda e contribuição social foram calculados com base na sistemática do lucro presumido. A alíquota de presunção é de 8% sobre os recebimentos efetivos de clientes e 100% sobre outras receitas. Sobre essa base são aplicadas às alíquotas de 15% e 9%, respectivamente, mais adicionais previstos em lei.

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social é como segue:

	Controladora				Consolidado			
	31.12.18		31.12.17		31.12.18		31.12.17	
			(Reapresentado - Nota 2.4)				(Reapresentado - Nota 2.4)	
	IR	CSLL	IR	CSLL	IR	CSLL	IR	CSLL
(Prejuízo) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social (Prejuízo do exercício de operações descontinuadas)	(148.003)	(148.003)	(608.261)	(608.261)	(139.471)	(139.471)	(601.775)	(601.775)
Alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%	25%	9%	25%	9%
Expectativa de despesa de acordo com às alíquotas da legislação vigente	37.001	13.320	152.065	54.743	34.868	12.552	150.444	54.160
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do exercício:								
Adições permanentes:								
Equivalencia patrimonial	(27.929)	(10.055)	(130.551)	(46.998)	(10.611)	(3.820)	(4.048)	(1.457)
Multas e despesas não dedutiveis	1	-	1	-	(149)	(54)	(1)	-
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre prejuízos fiscais para os quais não foram constituídos imposto de renda e contribuição social diferidos	(3.957)	(7.632)	(20.934)	(1.601)	(6.654)	(9.419)	(19.078)	(1.575)
Lucro das controladas cuja tributação é feita com base no lucro presumido:								
Reversão do efeito da tributação – lucro real	-	-	-	-	(17.319)	(6.235)	(126.483)	(45.534)
Tributação pelo regime do lucro presumido, utilizando-se a receita bruta de vendas como base para cálculo	-	-	-	-			(3.842)	(1.383)
Total	5.116	(4.367)	581	6.144	135	(6.976)	(3.008)	4.211

	Controladora				Consolidado			
	31.12.18		31.12.17		31.12.18		31.12.17	
Impostos Corrente	-	-	-	-	(2.977)	(1.487)	(4.010)	(2.075)
Impostos Diferidos	5.116	(4.367)	581	6.144	3.112	(5.489)	1.002	6.286
Total	5.116	(4.367)	581	6.144	135	(6.976)	(3.008)	4.211

A composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
Ativo não circulante:				
Diferenças temporárias:				
Reconhecimento créditos fiscais sobre base negativa de CSLL (a)		4.576		
Reconhecimento de IRPJ e CSLL sobre receitas diferidas Parques CE II e SC			3.220	6.252
Reconhecimento de PIS e COFINS sobre receitas diferidas Parques CE II e SC			4.089	7.793
Total		4.576	7.310	14.045
Passivo não circulante:				
Diferenças temporárias:				
Decorrentes da compensação dos impostos diferidos do ativo				(4.576)
Decorrentes da aplicação ao valor justo do saldo remanescente do investimento	5.606	6.397	5.606	6.397
Decorrentes da baixa do ativo diferido			(516)	(978)
Total	5.606	6.397	5.090	843

(b) Saldo decorrente da cessão de créditos fiscais decorrentes da base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre Lucro Líquido – CSLL, da Companhia para as Eólicas do Sul e Ceará II, conforme previsto no Programa de Regularização Tributária – PRT, instituído através da Medida Provisória nº 766/2017. As referidas eólicas aderiram ao programa para parcelamento dos impostos PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, na modalidade "entrada de 20% do saldo negociado e quitação dos débitos através com prejuízo fiscal e base de cálculo negativa, créditos próprios ou de controladas e coligadas". Em 21 de dezembro de 2017 foi realizada a quitação dos débitos previdenciários participantes do PRT das Eólicas do Sul e Ceará II, além dos débitos da Companhia, através da compensação dos créditos fiscais decorrentes da base de cálculo negativa da Companhia, no montante de R$ 15.094.

21. Instrumentos financeiros

a) Considerações gerais

No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado, tais como risco de crédito e taxas de juros. Não é prática da Companhia contratar instrumentos financeiros para fins especulativos. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não detinha instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. A classificação dos principais instrumentos financeiros da Companhia é apresentada conforme a seguir:

	Valor contábil e valor justo			
	Controladora		Consolidado	
	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
Ativos financeiros:				
Caixa e equivalentes de caixa	8.228	1	18.829	6.682
Aplicações financeiras vinculadas	11.696	3.024	44.991	111.787
Contas a receber			39.895	19.592
Outras contas a receber	16.000		16.000	
Partes relacionadas	258.828	211.835	263.948	257.239
Depósitos judiciais	2.300	2.204	3.488	5.635
Total	297.052	217.064	387.151	400.935
Passivos financeiros:				
Fornecedores	440	681	58.628	17.953
Empréstimos e financiamentos	483.227	443.986	1.545.138	1.357.875
Contas a pagar - ajuste de energia			305.236	217.693
Partes relacionadas				
Em moeda estrangeira	7.533	6.431	7.533	6.431
Em moeda nacional	232.640	263.476	138.462	217.213
Total	723.840	714.574	2.054.997	1.817.165

Classificação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são todos classificados como Mensurados ao custo amortizado, conforme IFRS 9/CPC48. A classificação é realizada com base nos seguintes critérios:

a) Ativos financeiros:

(I) Mensurados ao custo amortizado

Os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado

b) Passivos financeiros:

(I) Mensurados ao custo amortizado

São os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação supramencionada. Os passivos financeiros referentes a essa classificação são reconhecidos e amortizados seguindo essencialmente o método do custo amortizado.

c) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos normais de mercado, relacionados às variações da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP e Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI, relativos a empréstimos em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

d) Exposição a riscos de taxas de câmbio

O endividamento e o resultado das operações da Companhia são expostos a riscos de mercado de taxa de câmbio decorrentes basicamente de captações em moeda estrangeira (essencialmente o dólar norte-americano). Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, há saldo exposto a riscos de taxas de câmbio decorrente de saldos com a parte relacionada IMPSA - Indústrias Metalúrgicas Pescarmona S.A.I.C.y.F., veja nota explicativa nº 15.

e) Concentração de risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia e as suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de "rating".

f) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e as suas controladas fazem para financiar suas operações (estrutura de capital). Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, a Companhia e as suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de cláusulas contratuais previstos em contratos de empréstimos e financiamentos.

g) Risco de vencimento antecipado de empréstimos e financiamentos

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de empréstimos das controladas da Companhia com o BNDES e Caixa Econômica Federal, as quais estão mencionadas na Nota 14.

h) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é preparada pela Companhia , suas controladas e controladas em conjunto, onde são monitoradas as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida e geração de caixa da Companhia .

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos principais ativos e passivos financeiros não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos ativos e passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve realizar e/ou quitar os respectivos saldos. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve realizar e/ou quitar os respectivos saldos.

Controladora:

	Saldo em 31/12/2018	Taxa a.a.	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Ativos financeiros								
Caixa e equivalentes de caixa	8.228	N/A	8.228					8.228
Aplicações financeiras vinculadas	11.696	97,25% a 99,25% CDI					15.818	15.818
Partes relacionadas	258.828	N/A				258828		258828
Depósitos judiciais	2.300	N/A					2.300	2.300
Passivos financeiros								
Fornecedores	440	N/A	440					440
Empréstimos e financiamentos	483.227	60% do CDI					1.352.628	1.352.628
Partes relacionadas								
Em moeda estrangeira	7.533	N/A				7.533		7.533
Em moeda nacional	232.640	2%	106.814			103453		210.267

Consolidado:

	Saldo em 31/12/2018	Taxa a.a.	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Ativos financeiros								
Caixa e equivalentes de caixa	18.829	97,2% a 99,5% CDI e FI (6,89%)	18.829	-	-	-	-	18.829
Aplicações financeiras vinculadas	44.991	99,5% CDI	-	-	-	-	60.436	60.436
Contas a receber de clientes	55.895	N/A	34.062	3.375	18.458	-	-	55.895
Partes relacionadas	263.948	N/A	263.948	-	-	-	-	263.948
Depósitos judiciais	3.488	N/A	-	-	-	-	3.488	3.488
Passivos financeiros								
Fornecedores	58.628	N/A	58.628	-	-	-	-	58.628
Empréstimos e financiamentos	1.506.107	TJLP + 3 a 3,6% + SELIC	315.329	-	-	87.876	2.314.079	2.717.284
Contas a pagar	305.236	N/A	25.001	50.003	225.012	1.464	3.756	305.235
Partes relacionadas								
Em moeda estrangeira	7.533	N/A	-	-	-	7.533	-	7.533
Em moeda nacional	138.462	2%	106.814	-	-	39.373	-	146.187

i) Análise de sensibilidade para exposição de taxa de juros e moeda estrangeira

A Companhia possui exposição a taxas de juros em suas aplicações financeiras equivalentes de caixa e vinculadas (classificadas como não equivalentes de caixa), vinculados ao CDI e em fundos de investimento amplo, referenciados pelo CDI, além de passivos atrelados à moeda estrangeira. Foram realizadas análises de sensibilidade em relação a possíveis variações nesta taxa de juros e câmbio. Para os empréstimos da Companhia a exposição está relacionada à variação da TJLP e Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI. A Companhia realizou análises de sensibilidade em relação a possíveis variações nesta taxa de juros.

Na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Administração estimou cenários de variação das taxas para os próximos 12 meses, considerando o cenário provável da taxa do CDI a 6,40% ao ano, TJLP a 6,60% ao ano, fundos de investimentos 5,01 a 5,99% ao ano e do câmbio de R$ 3,8557 para US$ 1.

Tais taxas foram estressadas com aumento e redução em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os testes de sensibilidade dos cenários adversos, conforme demonstrado no quadro.

Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade:

Controladora	Saldo em 31/12/2018	Risco	Cenário (-50%)	Cenário (-25%)	Cenário Provável	Cenário (+25%)	Cenário (+50%)
Saldo de aplicações financeiras (equivalente de caixa)	8.206	Variação do CDI (6,40%)	8.452	8.592	8.732	8.871	9.01
Saldo de aplicações financeiras (vinculadas)	11.695	Variação do CDI (6,40%)	12.046	12.245	12.444	12.643	12.842
Saldo de empréstimos e financiamentos	483.227	Variação do CDI (6,40%) + 4% + 60% CDI	502.445	513.889	525.333	536.776	548.220
Saldo de partes relacionadas em moeda estrangeira	7.533	Câmbio (R$ 3,8557/US$)	3.766	1.883	7.533	9.416	11.299

Consolidado	Saldo em 31/12/2018	Risco	Cenário (-50%)	Cenário (-25%)	Cenário Provável	Cenário (+25%)	Cenário (+50%)
Saldo de aplicações em fundos de investimentos (equivalente de caixa)	9.991	Rendimentos em FI (5,99%)	10.291	10.461	10.631	10.801	10.971
Saldo de aplicações financeiras (equivalente de caixa)	8.206	Variação do CDI (6,40%)	8.452	8.592	8.732	8.871	9.011
Saldo de aplicações financeiras (vinculadas)	44.991	Variação do CDI (6,40%)	46.339	47.104	47.870	48.636	49.402
Saldo de empréstimos e financiamentos	238.897	TJLP (6,60%) + 3 a 3,6% + SELIC (6,40%)	254.160	264.494	274.829	285.163	295.497
Saldo de empréstimos e financiamentos	483.227	Variação do CDI (6,40%) + 4 + 60% CDI	502.445	513.889	525.333	536.776	548.220
Saldo de partes relacionadas em moeda estrangeira	7.533	Câmbio (R$ 3,8557/US$)	3.766	1.883	7.533	9.416	11.299

j) Índice de endividamento

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e financiamentos detalhados na nota explicativa nº 17, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital emitido e reservas, conforme apresentado na nota explicativa nº 20). O índice de endividamento no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.18	31.12.17 (Representado)	31.12.18	31.12.17 (Representado)
Dívida	483.227	443.986	1.545.138	1.357.875
Caixa e equivalentes de caixa	(8.228)	(1)	(18.829)	(6.682)
Dívida líquida	474.999	443.985	1.526.309	1.351.193
Patrimônio líquido	(551.949)	(404.695)	(551.551)	(405.240)
Índice de endividamento líquido	-0,86	-1,10	-2,77	-3,33

22. Receita líquida

	Consolidado	
	31.12.18	31.12.17
Receita bruta		
Venda de Serviço		
Energia S.A	421	-
Venda de Energia		
Central Eolica Praia do Morgado S.A (b)	4.678	-
Centrais Eólicas do Ceará II (a)	17.474	37.481
Centrais Eólicas do Sul (b)	66.929	95.307
Subtotal	89.502	132.788
PIS e COFINS	(10.397)	(4.603)
Total	79.105	128.185

(a) Receitas provenientes do contrato de energia de reserva junto a CCEE (Câmara de comercialização de Energia Elétrica).

(b) Receitas provenientes de geração e comercialização de energia elétrica para Eletrobrás (PROINFA)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os seguintes parques não atingiram os níveis acordados para entrega de energia em decorrência principalmente da indisponibilidade de aerogeradores em operação, conforme demonstrativo abaixo:

Empreendimento	Contratada MWh (*)	Gerada MWh (*)
Centrais Eólicas Ceará II		
Central Eólica Quixaba S.A.	59.652	3.318
Nova Eólica Buriti S.A.	96.360	16.909
Nova Eólica Cajucôco S.A.	94.645	13.650
Nova Eólica Coqueiro S.A.	95.127	22.945
Central Eólica Praia do Morgado S.A.	59.117	33.025
Centrais Eólicas do Sul		
Amparo Energia Eólica S.A.	62.553	34.933
Aquibatã Energia Eólica S.A.	87.233	50.989
Bom Jardim Energia Eólica S.A.	77.181	10.068
Campo Belo Energia Eólica S.A.	27.655	8.194
Cascata Energia Eólica S.A.	14.358	1.875
Cruz Alta Energia Eólica S.A.	84.256	11.608
Púlpito Energia Eólica S.A.	79.903	8.853
Rio de Ouro Energia Eólica S.A.	75.419	6.281
Salto Energia Eólica S.A.	87.658	38.993
Santo Antônio Energia Eólica S.A.	4.991	-

(*) Informação não auditada pelos Auditores Independentes

Em decorrência deste cenário, a Companhia registrou um contas a pagar junto a Eletrobras, conforme descrito nas Notas 8, item (b.i) e 16, item (b).

23. Despesas por natureza

Despesas por natureza para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.18	31.12.17 (Representado)	31.12.18	31.12.17 (Representado)
Despesas com pessoal	(5.239)	(6.000)	(13.684)	(12.978)
Depreciações e amortizações	(2.417)	(2.415)	(89.873)	(78.418)
Apoio operacional e manutenção			(11.994)	(4.736)
Serviços profissionais contratados	(3.487)	(3.680)	(5.437)	(4.172)
Penalidades contratuais – operações continuadas (a)	(12.451)	(9.436)	(13.667)	(21.340)
Perda por desvalorização de ativos			115.132	(163.698)
Fruição (b)	10.733	10.685		
Provisão para riscos cíveis		(292)		(2.297)
Perda na baixa de ativos (c)			(1.014)	(23.988)
Outras despesas	(1.665)	(1.443)	(31.340)	(32.724)
Total	(14.526)	(12.581)	(51.877)	(344.351)
Classificados como:				
Custo de operação			(138.100)	(117.976)
Despesas administrativas	(2.013)	(3.124)	(16.714)	(16.235)
Penalidades contratuais	(12.451)	(9.436)	(13.667)	(21.340)
Perda por desvalorização de ativos			115.132	(163.698)
Outros ganhos (perdas), líquidos	(62)	(21)	1.472	(25.102)
Total	(14.526)	(12.581)	(51.877)	(344.351)

(a) Se refere ao reconhecimento adicional de perda, oriundo de passivo contingente com CEMIG Geração e Transmissão S.A., ver nota explicativa nº 18, item a).

(b) Refere-se a distribuição proporcional e racional dos custos e despesas, inerentes à exploração conjunta das atividades compartilhadas entre controladora e controladas conforme contrato de fruição.

(c) Provisão da perda do ativo imobilizado referente a 168 geradores das turbinas eólicas.

24. Resultado financeiro

Resultado financeiro para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
Receitas financeiras				
Juros recebidos		38		2
Rendimento de aplicação financeira	304	399	7.156	5.681
Variação cambial ativa			4.693	2
Outras			(315)	319
Subtotal	304	437	11.534	6.004
Despesas financeiras				
Despesas bancárias	(516)	(9)	(1.229)	(215)
Juros e multas sobre empréstimos e financiamento	(39.242)	(62.028)	(119.579)	(162.498)
Amortização de custo de transação			3.620	(1.003)
Juros sobre mútuos	(6.980)	(6.984)	(6.980)	(6.980)
Variação cambial passiva	(1.102)	(95)	(1.281)	(95)
Outras	(4.730)	(4.797)	(6.267)	(5.901)
Subtotal	(52.570)	(73.913)	(131.716)	(176.692)
Total	(52.266)	(73.476)	(120.182)	(170.688)

25. Cobertura de seguros (não auditado)

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas possuíam cobertura de seguros contra eventuais prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações relacionadas às obras de implantação dos empreendimentos nos seguintes montantes:

Riscos	Data de vigência	Importância segurada
Responsabilidade civil – operação	01/12/2018 a 01/12/2019	20.000
Risco operacional	01/12/2018 a 01/12/2019	587.921

a) Seguro referente a instalação de transmissão de interesse exclusivo de Centrais de Geração para conexão compartilhada - ICG.

b) Os ganhadores do leilão do Edital de nº 07/2010 da ANEEL, deverão recolher Garantia de Fiel Cumprimento com vistas a garantir o cumprimento das obrigações previstas na outorga do Leilão. O valor é referente a 5% do investimento declarado.

As controladas da Companhia possuem os seguintes seguros:

- Contratos de risco de responsabilidade civil e de risco operacional nos parques de Santo Antonio Energia Eólica S.A., Salto Energia Eólica S.A., Púlpito Energia Eólica S.A., Cruz Alta Energia Eólica S.A., Cascata Energia Eólica S.A., Bom Jardim Energia Eólica S.A., Aquibatã Energia Eólica S.A., Rio de Ouro Energia Eólica S.A., Campo Belo Energia Eólica S.A. Amparo Energia Eólica S.A., Contratos de risco de responsabilidade civil e de risco operacional nos parques de Central Eólica Quixaba S.A, Nova Eólicas Buriti S.A., Nova Eólica Cajucôco S.A. e Nova Eólica Coqueiro S.A.

26. Transações que não envolvem caixa

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Companhia e suas controladas realizaram as seguintes atividades não envolvendo o caixa:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
Reconhecimento de dividendos a receber	1.178	1.616	-	12
Contabilização de provisão para riscos trabalhistas em contrapartida de partes relacionadas	23.589	19.436	23.589	19.436
Apropriação de seguros capitalizados ao ativo Intangível				
Rendimentos de aplicações financeiras vinculadas – FATMA			1.265	1.181
Ativos não circulantes mantidos para venda			180.292	184.012
Perda por desvalorização de ativos			24.926	163.698

27. Riscos cíveis e trabalhistas

Contingências possíveis

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía vinte e seis processos de natureza cível e administrativo considerados como perda possível no montante de R$ 5.526. Não foi constituída qualquer provisão nas demonstrações financeiras referente a esses processos por se tratar de processos considerados como perda possível.

Em 31 de dezembro de 2018, a Sociedade, na condição de responsável subsidiária de processos trabalhistas da Wind Power Energia S.A, possuía 128 (cento e vinte e três) causas trabalhistas no montante de R$ 13.826 as quais são consideradas como perda possível na avaliação dos assessores jurídicos, razão pela qual não foi constituída qualquer provisão nas demonstrações financeiras.

Contingências prováveis

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui cinco processos de natureza cível consideradas como perda provável no montante de R$ 163.

Em 31 de dezembro de 2018, a Sociedade, na condição de responsável subsidiária de processos trabalhistas da Wind Power Energia S.A, possuía 298 (duzentos e noventa e uma) causas trabalhistas as quais são consideradas como perda provável no montante de R$ 23.589.

A seguir apresentamos a movimentação das contingências prováveis:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2014		
Provisão para riscos trabalhistas	1.365	1.365
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.365	1.365
Provisão para riscos cíveis		150
Provisão para riscos trabalhistas	1.091	1.091
Saldos em 31 de dezembro de 2016	2.456	2.606
Provisão para riscos cíveis	292	292
Provisão para riscos trabalhistas	16.688	16.688
Saldos em 31 de dezembro de 2017	19.436	19.586
Baixa Provisão para riscos cíveis	(292)	(292)
Provisão para riscos cíveis	-	13
Provisão para riscos trabalhistas	4.445	4.445
Saldos em 31 de dezembro de 2018	23.589	23.752

* * * * *